



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO**

**TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**SÃO PAULO
2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO**

**TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

Unidades Consolidadas: Delegacia de Polícia Federal em Santos UJs 200362 e 200363
Delegacia de Polícia Federal em Campinas UJs 200416 e 200417
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da
Polícia Federal – FUNAPOL – UJs 200361

SÃO PAULO - 2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União

CPL – Comissão Permanente de Licitação

DN – Decisão Normativa

DPF – Departamento de Polícia Federal

DPF/CAS/SP – Delegacia de Polícia Federal em Campinas

DPF/STS/SP – Delegacia de Polícia Federal em Santos

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

NUPAS – Núcleo de Passaporte

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

RG – Relatório de Gestão

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SETEC – Setor Técnico-Científico

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIP – Setor de Inteligência Policial

SPO – Setor de Planejamento Operacional

STI – Setor de Tecnologia da Informação

SR – Superintendência Regional

SR/DPF/SP – Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo

SRH – Setor de Recursos Humanos

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

A- CONTEÚDO GERAL	9
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.....	9
1.1 Identificação de Relatório de Gestão consolidado	9
1.2 Finalidade e Competências Institucionais	11
1.3 Organograma Funcional.....	13
1.4. Macroprocessos Finalísticos	15
1.5 Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade jurisdicionada	16
1.6 Principais Parceiros	23
1.7 Introdução	23
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES.....	34
2.1 Planejamento Estratégico da Unidade	35
2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	38
2.3 Planos de Metas e Ações do exercício de 2012	39
2.4 Informações sobre indicadores e metas.....	39
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	42
3.1 Estrutura da Governança	42
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	42
3.3 Sistema de Correição	44
3.4 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	44
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	45
4.1 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	45
4.1.1 Execução Orçamentária da Despesa	45
4.1.1.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	45
4.1.1.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	45
4.1.1.1.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação....	48
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	54
5.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	54
5.2. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	54
5.2.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	54
5.2.2 Análise Crítica	55
5.4 Suprimento de Fundos	56
5.5 Renúncias Tributárias	62
5.6 Gestão de Precatórios	62
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	63
6.1 Composição do quadro de servidores ativos	63
6.1.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	66
6.1.2 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	66
6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	67
6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	67

6.2.2	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	67
6.2.3	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	67
6.2.4	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	67
7.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	78
7.1	Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.....	78
7.2	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	80
8.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	83
8.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	83
9.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	87
9.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	87
9.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	89
10.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	90
10.1	Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	90
10.1.1	Deliberações do TCU Atendidas ou Pendentes no Exercício.....	90
10.1.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	90
10.1.4	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	90
10.2	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	90
10.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	91
10.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	91
10.4	DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	92
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	93
11.1	Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	93
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	93
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	95
11.2.1	Declaração Plena.....	95
	Quadro 11.2.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	95
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	96
	RESULTADOS E CONCLUSÕES	97

Lista de Tabelas e Declarações

<u>Título</u>	<u>Página</u>
<i>Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado</i>	9
<i>Tabela 1: Cotas de Combustível das Delegacias Descentralizada, Delegacias Especializadas e Setores da Sede da SR/DPF/SP</i>	27
<i>Tabela 2: Comparação de Gastos das Instalações da SR/DPF/SP na Capital e das Delegacias Descentralizadas no Estado</i>	29
<i>Tabela 3: Dados sobre Polícia Judiciária</i>	33
<i>Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ</i>	42
<i>Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação SR/DPF/SP</i>	45
<i>Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação – DPF/STS/SP</i>	46
<i>Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação – DPF/CAS/SP</i>	46
<i>Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação - Totais da UJ</i>	47
<i>Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação UG 200360 e UG 200361 – (SR/DPF/SP)</i>	48
<i>Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação UG 200362 e UG 200363 – (DPF/STS/SP)</i>	49
<i>Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação UG 200416 – (DPF/CAS/SP)</i>	50
<i>Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação UG 200417 – (DPF/CAS/SP)</i>	51
<i>Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação - Totais da UJ</i>	52
<i>Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores</i>	54
<i>Quadro A.5.8- Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)</i>	56
<i>Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador</i>	57

<i>Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF).....</i>	<i>61</i>
<i>Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 .</i>	<i>63</i>
<i>Quadro A.6.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....</i>	<i>64</i>
<i>Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....</i>	<i>64</i>
<i>Quadro A.6.6 - Quadro de custos de recursos humanos no exercício em referencia e nos dois anteriores.....</i>	<i>65</i>
<i>Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....</i>	<i>65</i>
<i>Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva..</i>	<i>68</i>
<i>Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva..</i>	<i>69</i>
<i>Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva..</i>	<i>70</i>
<i>Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....</i>	<i>71</i>
<i>Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....</i>	<i>73</i>
<i>Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....</i>	<i>75</i>
<i>Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários.....</i>	<i>77</i>
<i>Tabela 4: Composição do Quadro de Custos Associados à Manutenção da Frota da UJ.....</i>	<i>79</i>
<i>Quadro A.7.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</i>	<i>80</i>
<i>Quadro A.7.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros... </i>	<i>81</i>
<i>Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....</i>	<i>82</i>
<i>Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....</i>	<i>83</i>
<i>Quadro 9.1.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....</i>	<i>87</i>
<i>Quadro 9.2.1 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....</i>	<i>89</i>
<i>Quadro 10.1.4.1 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....</i>	<i>90</i>
<i>Quadro 10.3.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....</i>	<i>91</i>

Quadro 10.4.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV 92

A- CONTEÚDO GERAL

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação de Relatório de Gestão consolidado

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça				Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: <i>Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de São Paulo</i>				
Denominação Abreviada: <i>Polícia Federal em São Paulo (SR/DPF/SP)</i>				
Código SIORG: 1138		Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 200360
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: <i>Órgão Público</i>				CNPJ: 00394.494/0040-42
Principal Atividade: <i>Segurança e Ordem Pública</i>				Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:		(011) 3538-5927	(011) 3538-5582	(011) 3538-5930
Endereço Eletrônico: gab.srsp@dpf.gov.br				
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br				
Endereço Postal: <i>Rua Hugo D'Antola, 95, 05038-090, São Paulo, SP</i>				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
<i>Delegacia de Polícia Federal em Santos (DPF/STS/SP)</i>	00.394.494/0078-15	200362	<i>Ativa</i>	22.570
<i>Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – SR/DPF/STS</i>	00.394.494/0040-42	200363	<i>Ativa</i>	NA
<i>Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – SR/DPF/SP</i>	00.394.494/0040-42	200361	<i>Ativa</i>	NA
<i>Delegacia de Polícia Federal em Campinas (DPF/CAS/SP)</i>	00.394.494/0147-81	200416	<i>Ativa</i>	33.763
<i>Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – SR/DPF/CAS</i>	00.394.494/0147-81	200417	<i>Ativa</i>	NA
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.				
SR/DPF/SP: - Portaria nº 527 – 24.12.1964 – Cria a Delegacia Regional de SP.				
- Decreto nº 70.665 de 02.06.1972 - Altera, em caráter provisório, a estrutura do DPF.				
- Portaria nº 39/75 – DG/DPF – 17.03.1975 (Ativação) Transforma a Divisão de São Paulo em Superintendência.				

<p>DPF/STS/SP: - Portaria nº 170/65 – 14.04.1965 – Cria a Sub-Delegacia Regional. - Decreto nº 70.665 de 02.06.1972 – Transforma Sub-Delegacia em Divisão de Polícia Federal. - Portaria nº 39/75 – DG/DPF – 17.03.1975 – Transforma a Divisão de Santos em Delegacia. FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997 - Institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL.</p>	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas	
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, aprova o Regimento Interno do DPF. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005 – Define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do DPF e as atribuições de seus dirigentes.</p>	
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
<p><i>A Carta de Serviços ao Cidadão é uma ferramenta de gestão fornecida pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.</i></p> <p><i>As ações desse Programa têm por objetivo tornar as organizações públicas cada vez mais preocupadas com a sociedade. Nesse sentido, a Carta de Serviços da Polícia Federal – PF – facilita e amplia o acesso do cidadão aos serviços e estimula sua participação no monitoramento do setor público, promovendo a melhoria da qualidade do atendimento.</i></p> <p><i>A Carta de Serviços está disponível no site http://www.dpf.gov.br.</i></p>	
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200362	<i>Delegacia de Polícia Federal em Santos (DPF/STS/SP)</i>
200416	<i>Delegacia de Polícia Federal em Campinas (DPF/CAS/SP)</i>
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
200361	<i>Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – SR/DPF/SP</i>
200363	<i>Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – DPF/STS/SP</i>
200417	<i>Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – DPF/CAS/SP</i>
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200360	1
200361	1
200362	1
200363	1
200416	1
200417	1

Observação: Dentre as unidades da estrutura da SR/DPF/SP, apenas a DPF/STS/SP e a DPF/CAS/SP possuem autonomia orçamentária, financeira e patrimonial. Os recursos aplicados pela DPF/STS/SP e pela DPF/CAS/SP, unidades pertencentes à estrutura da SR/DPF/SP, serão consolidados nos demonstrativos do presente Relatório de Gestão, de acordo com a Decisão Normativa – TCU nº 119/2012.

As Unidades Gestoras denominadas Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) executam recursos específicos oriundos, dentre outras origens, de multas de Segurança Privada, taxas de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de taxas de Migração. As despesas são destinadas, principalmente, ao pagamento de diárias aos servidores em missões policiais em todo o território nacional, operações policiais e construção de sedes próprias. As informações sobre a gestão das unidades FUNAPOL também serão incluídas (consolidadas) nos demonstrativos do Relatório de Gestão da SR/DPF/SP.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, criado pelo Decreto-Lei nº 6.378/1944, que faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados da Federação pelas Superintendências Regionais, que executam suas próprias despesas como unidades gestoras. A Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (SR/DPF/SP) abrange todo o território do Estado de São Paulo.

As atribuições Constitucionais da Polícia Federal estão previstas no parágrafo 1º do art. 144 da Constituição Federal:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

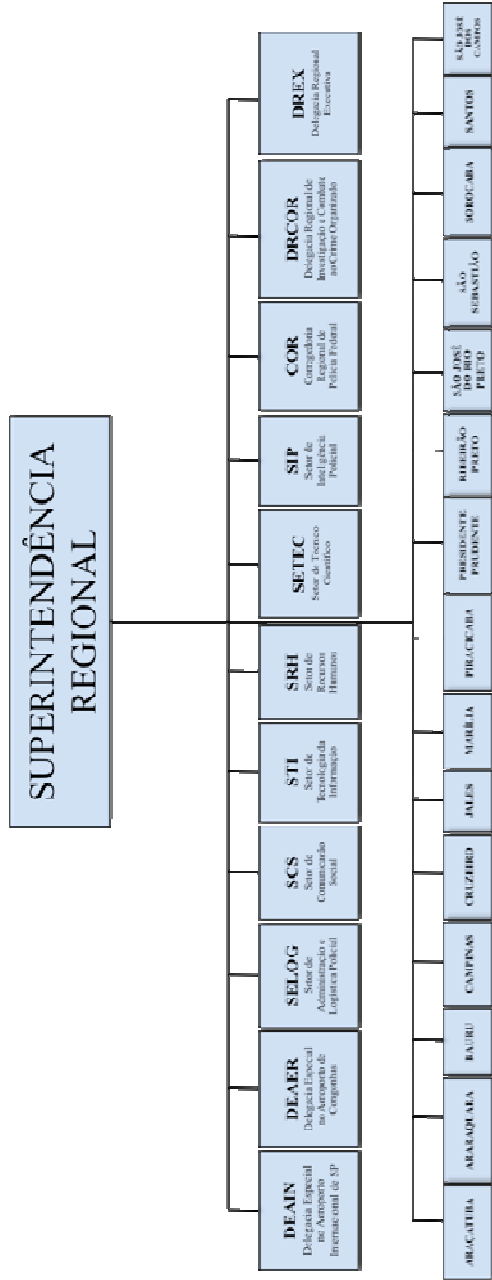
IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

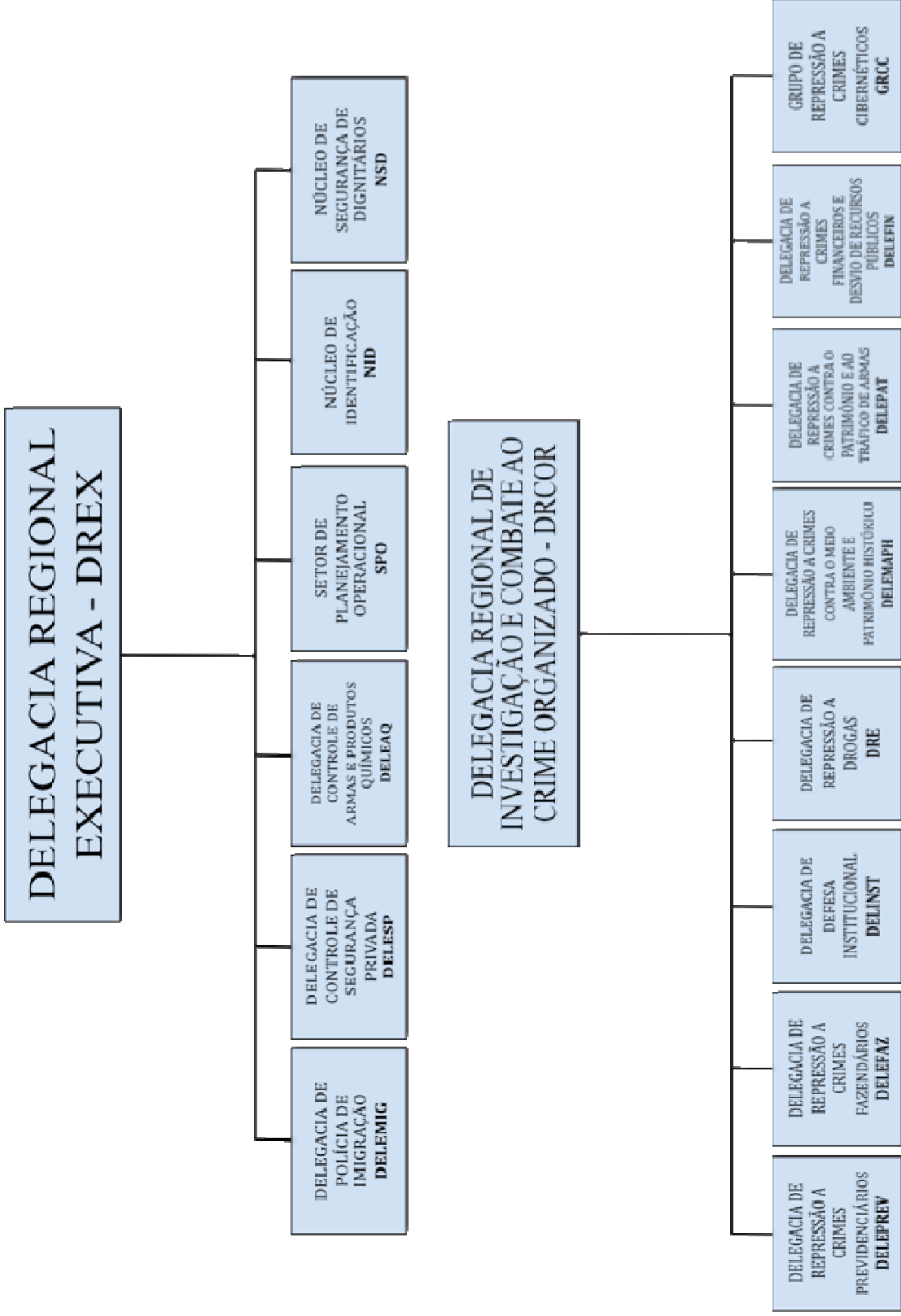
Cabe, ainda, à Polícia Federal outras atribuições legais: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precusores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), Proteção Especial a Vítimas e a Testemunhas (Lei 9.807/1999); e realização de Perícia Criminal (Lei 12.030/2009).

Dessa forma, a SR/DPF/SP exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; e também de executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal;

apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência Regional e das Unidades Descentralizadas.

1.3 Organograma Funcional





1.4. Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos Finalísticos são aqueles pelos quais a Instituição cumpre a sua missão.

A partir de maio de 2010, teve início, na Polícia Federal, a implantação da Gestão de Processos, o que resultou:

- na criação do Escritório de Gestão de Processos da Polícia Federal (EGPRO/CIGE/DG/DPF), em agosto de 2010;

- no desenvolvimento da Metodologia de Gestão de Processos da Polícia Federal (MGPro-PF), aprovada pelo Diretor-Geral, em novembro de 2010;

- na instituição em setembro de 2011 da Unidade Integrada de Gestão Estratégica da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em São Paulo – UIGE/SR/DPF/SP com o Escritório de Planejamento Estratégico Setorial – EPESS/UIGE/SR/DPF/SP, o Escritório de Gestão de Projetos Setorial – EGPS/UIGE/SR/DPF/SP e o Escritório de Gestão de Processos Setorial – EGProS/UIGE/SR/DPF/SP

A Metodologia busca uniformizar conhecimentos e estabelecer um conjunto de regras e procedimentos a serem utilizados na execução das atividades relativas à Gestão de Processos na Instituição.

Estabelecido o contexto metodológico, em abril de 2011, foi iniciada a segunda etapa do Projeto de Implantação da Gestão de Processos na Polícia Federal, com o objetivo de identificar os principais Processos organizacionais e dispô-los em uma estrutura hierárquica denominada Arquitetura de Processos.

As principais características da Arquitetura de Processos são as seguintes:

- a) reflete os grandes e principais Processos da Instituição;
- b) implementa estrutura para organização dos Processos;
- c) não reflete a estrutura organizacional;
- d) apresenta estrutura de governança dos Processos (donos e gestores);
- e) não apresenta redundância ou repetição de processos; e
- f) possibilita a priorização e a seleção de Processos para fins de análise e implementação de melhorias.

Para obtenção dos dados necessários à elaboração da referida estrutura, foram realizadas entrevistas com representantes de inúmeras Unidades do Departamento de Polícia Federal.

Os processos identificados foram agrupados em 25 (vinte e cinco) Macroprocessos que formam a estrutura central de processos da PF.

No segundo nível de detalhamento da Arquitetura de Processos, imediatamente abaixo dos Macroprocessos, foram dispostos os respectivos Processos, os quais contemplam a efetiva execução das atividades rotineiras da Instituição.

Em uma próxima etapa, quando a Gestão de Processos apresentar maior maturidade na PF, poderão ser inseridos na Arquitetura de Processos novos níveis de agrupamento.

Ao todo foram registrados 338 (trezentos e trinta e oito) Processos, dos quais 275 (duzentos e setenta e cinco) foram validados e registrados na Arquitetura de Processos e distribuídos em relação aos citados 25 (vinte e cinco) Macroprocessos.

No decorrer das entrevistas, foram registradas 1.527 (um mil, quinhentas e vinte e sete) oportunidades de melhoria em relação aos Processos (média de 4,51 por Processo registrado), as quais foram distribuídas em 8 (oito) categorias, a saber: simplificação; normatização; controle e gerenciamento, automação, capacitação, interface (comunicação entre áreas que compartilham a execução de um Processo), infraestrutura (equipamentos, instalações e pessoas) e inovação.

As melhorias foram classificadas em três níveis em termos de relevância para o aumento do desempenho do processo, a saber:

Nível 1 - Baixa relevância (pontuação 1);

Nível 2 - Alta relevância (pontuação 2); e

Nível 3 - Relevância estratégica (pontuação 3).

As melhorias em termos de infraestrutura, ou seja, acréscimo e/ou aquisições de equipamentos, instalações e pessoas, se destacaram em termos de relevância para aprimoramento dos Processos, obtendo média próxima a dois pontos (1,96), ou seja, em média as melhorias de infraestrutura forma classificadas como de alta relevância. Em segundo lugar foram apontadas as melhorias relativas à capacitação de servidores (1,88).

Essa pontuação balizou, em parte, a escolha do Processo de Seleção e Contratação de Fornecedores para fins de aplicação do teste piloto de melhoria de Processos

Paralelamente à execução do trabalho, em parceria com a CGTI/DG/DPF e com prévia análise da DCS/GAB/DG/DPF, foi estruturada uma área na Intranet para servir de repositório da Arquitetura de Processos. Nesse repositório serão registrados, inicialmente, os Macroprocessos, com seus descritivos e respectivas Unidades Gestoras.

O objetivo do repositório é criar espaço único, acessível por todos, para armazenamento de todas as informações sobre os Processos, incluindo fluxos, normas, manuais, modelos, formulários, regras do negócio e links externos.

A Arquitetura de Processos é uma estrutura flexível, devendo ser atualizada e adaptada a qualquer momento em decorrência de alterações na realidade da vivenciada pela organização. Os Processos nela registrados podem ser excluídos, alterados, eliminados, fundidos e adicionados a qualquer tempo, sendo essa uma consequência natural decorrente, entre outros aspectos, do aumento da maturidade da Instituição em relação à Gestão de Processos.

1.5 Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade jurisdicionada

A seguir são apresentados os Macroprocessos conforme suas identificações na Arquitetura de Processos do Departamento de Polícia Federal:

Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo

Copetência/Atribuição: Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Identificação dos Macroprocessos	Principais Produtos/Descrição
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

Núcleo de Inteligência Policial: NIP

Copetência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Identificação dos Macroprocessos	Principais Produtos/Descrição
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional

Setor de Recursos Humanos

Copetência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Identificação dos Macroprocessos	Principais Produtos/Descrição
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

Copetência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Identificação dos Macroprocessos	Principais Produtos/Descrição
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.

Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

Copetência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Identificação dos Macroprocessos	Principais Produtos/Descrição
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas conseqüências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.

Corregedoria Regional da Polícia Federal COR

Copetência/Atribuição: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correções, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Identificação dos Macroprocessos	Principais Produtos/Descrição
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária

Delegacia Regional Executiva –DREX

Copetência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Identificação dos Macroprocessos	Principais Produtos/Descrição
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos

Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.

Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e ao direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.

Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado - DRCOR

Copetência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Identificação dos Macroprocessos	Principais Produtos/Descrição
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.

Setor Técnico Científico - SETEC

Copetência/Atribuição: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005).

Identificação dos Macroprocessos	Principais Produtos/Descrição
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

1.6 Principais Parceiros

No exercício das atribuições legais, a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo atuou em cooperação com diversos órgãos da Administração Pública, nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal).

É Possível destacar: Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Receita Federal do Brasil, Polícia Militar do Estado de São Paulo, Polícia Civil do Estado de São Paulo, Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, outras Guardas Civas Metropolitanas, Polícia Rodoviária Federal, Instituto Nacional de Seguridade Social, Agência Nacional de Telecomunicações, Caixa Econômica Federal, Secretaria Municipal de Segurança Urbana de São Paulo, Casa da Moeda do Brasil, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Prefeituras, Consulados, Representações Policiais, Adidâncias Policiais Estrangeiras no Brasil, Controladoria Geral da União, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Departamento Penitenciário Nacional, Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, dentre outros.

1.7 Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar os dados referentes ao desempenho institucional e à gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de São Paulo e Delegacias Descentralizadas no ano de 2012, de acordo com as disposições da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, da Decisão Normativa TCU nº 121/2012, e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações da Portaria CGU nº 2.546, de 27/12/2010.

O conteúdo geral deste relatório está estruturado conforme o Anexo III da DN TCU nº 119/12, ou seja: Parte A - Conteúdo geral - Informações gerais sobre a gestão; Parte B – Informações contábeis da gestão e Parte C – Conteúdo específico por unidade jurisdicionada ou grupo de unidades afins.

Os itens “remuneração paga a administradores”, “reconhecimento de passivos por insuficiência de recursos”, “transferências de recursos mediante convênio”, “renúncia tributária”, “recomendações da unidade de controle interno” não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, bem como todos os itens referentes a conteúdos específicos.

Não há programas do PPA sob a responsabilidade da Superintendência de Polícia Federal em São Paulo. Todos os programas se encontram sob a responsabilidade das unidades centrais do Departamento de Polícia Federal.

Em relação às Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ, não existem ações orçamentárias constantes da LOA do exercício de 2012 para a SR/DPF/SP. Somente os órgãos centrais do Departamento de Polícia Federal realizam gestões dos recursos da LOA.

A Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo não possui unidades orçamentárias sob sua gestão.

Os quadros do item 4.2.2 (Programação de Despesas) não devem ser preenchidos por esta Superintendência, conforme determina a Portaria nº 150/2012 – TCU, uma vez que nenhuma de suas unidades consolidadas é Unidade Orçamentária, nem recebeu créditos orçamentários originários diretamente da LOA.

A SR/DPF/SP não realiza movimentações internas e externas de créditos por não possuir nenhuma Unidade Orçamentária sob sua gestão. Conforme Portaria nº 150/2012 – TCU, não devem ser informadas as movimentações internas entre Unidades Gestoras associadas à Unidade Jurisdicionada.

Em relação à Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ, nenhuma das unidades jurisdicionadas objeto do presente Relatório de Gestão estão contempladas na LOA. Todas as unidades recebem seus créditos por movimentação da unidade orçamentária.

O item transferência de recursos não se aplica às unidades gestoras do DPF, apenas ao Órgão Central.

As informações constantes dos quadros A.6.1 e A.6.4 são resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242. Logo, não constarão neste Relatório de Gestão.

Os atos sujeitos à comunicação ao Tribunal, por intermédio do SISAC e os atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico são informados pelo Órgão Central.

1.7.1. Informações Gerais

A Superintendência Regional em São Paulo possui a maior estrutura física dentre as Unidades da Federação. Conta, em sua base territorial, com 17 (dezessete) Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas:

- DPF/AQA/SP – Araraquara

- DPF/ARU/SP – Araçatuba
- DPF/BRU/SP – Bauru
- DPF/CAS/SP – Campinas
- DPF/CZO/SP – Cruzeiro
- DPF/JLS/SP – Jales
- DPF/MII/SP – Marília
- DPF/PCA/SP – Piracicaba
- DPF/PDE/SP – Presidente Prudente
- DPF/RPO/SP – Ribeirão Preto
- DPF/SJE/SP – São José de Rio Preto
- DPF/SJK/SP – São José dos Campos
- DPF/SOD/SP – Sorocaba
- DPF/SSB/SP – São Sebastião
- DPF/STS/SP – Santos
- DEAIN/DREX/SR/SP – Aeroporto Internacional de Guarulhos
- DEAR/CGH/DREX/SP – Aeroporto Internacional de Congonhas

Além disso, abrange um dos maiores Portos secos da América Latina, localizado no Aeroporto Internacional de Viracopos – Campinas/SP e o maior Porto marítimo localizado na cidade de Santos/SP.

As Delegacias atendem às áreas de Polícia Judiciária e Administrativa e apresentam os seguintes dados referentes às respectivas circunscrições oficiais:

DESCENTRALIZADAS	CIRCUNSCRIÇÃO	MUNICÍPIO SEDE	ESTIMATIVA POPULAÇÃO EM 2011	ÁREA DA UNIDADE TERRITORIAL EM KM2
SR/DPF/SP	38 municípios	São Paulo	19.890.459	7.815,491
DPF/AQA/SP	29 municípios	Araraquara	1.074.423	13.483,22
DPF/ARU/SP	32 municípios	Araçatuba	671.101	14.693,29
DPF/BRU/SP	47 municípios	Bauru	1.329.997	20.821,52
DPF/CAS/SP	64 municípios	Campinas	4.542.254	17.119,46
DPF/CZO/SP	17 municípios	Cruzeiro	452.424	17.402,17
DPF/JLS/SP	44 municípios	Jales	352.358	11.138,05
DPF/MII/SP	59 municípios	Marília	1.068.914	21.994,48
DPF/PCA/SP	25 municípios	Piracicaba	1.713.518	9.074,75
DPF/PDE/SP	56 municípios	Pres. Prudente	861.954	24.915,90
DPF/RPO/SP	61 municípios	Ribeirão Preto	2.302.857	25.816,61
DPF/SJE/SP	70 municípios	S. J. do Rio Preto	1.293.673	21.112,976
DPF/SJK/SP	18 municípios	S. J. dos Campos	1.546.939	8.062,85
DPF/SOD/SP	57 municípios	Sorocaba	2.425.475	28.299,77
DPF/SSB/SP	04 municípios	São Sebastião	286.165	1.944,084
DPF/STS/SP	24 municípios	Santos	1.952.342	15.690,29
TOTAL	645 municípios		41.764.853	259.384,91

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, de acordo com o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria n. 2.877 de 30 de dezembro de 2011), três delegacias subordinadas à Delegacia Regional Executiva – DREX (Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG, Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP e Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos – DELEAQ), sete delegacias subordinadas à Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado – DRCOR (Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ, Delegacia de Defesa Institucional – DELINST, Delegacia de Repressão a Drogas – DRE, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH, Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas – DELEPAT, Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos – DELEFIN) e um Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos – GRCC, também subordinado à DRCOR.

O Estado de São Paulo, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias, ocupa porção estratégica do ponto de vista econômico no território nacional; faz divisa com os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro; possui a mais densa malha rodoviária do país, por onde é realizado o escoamento externo e interno de mercadorias oriundas destes e de outros Estados da Federação; é onde se encontra em operação o Porto de Santos, o Aeroporto de Guarulhos/SP (Cumbica), o Aeroporto de Congonhas e o Aeroporto de Viracopos, em Campinas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE¹, a Área Territorial Oficial do Estado de São Paulo é de mais de 250 mil Km², o que corresponde a aproximadamente 3% do Território Nacional.

Estima-se que o total da população do Estado esteja em torno de 42 milhões de pessoas, ou seja, 22% da população nacional. A densidade demográfica é de 166,25 hab/Km² (2010).

São Paulo representa 1/3 do PIB Nacional², possui economia diversificada, moderna base de tecnologia e pesquisa, e concentra:

- **38%** da produção industrial brasileira (destaques: setores aeroespacial, automotivo, equipamentos médico-hospitalares, bens de capital, farmacêutico, etc.);
- **9%** da renda agrícola do país (principais produtos: açúcar, álcool, carnes e sucos industrializados); e
- **43%** das receitas geradas no setor de serviços no Brasil (serviços ligados à produção e serviços financeiros).

A Capital (São Paulo) merece destaque dentre os 645 municípios que compõem o Estado, pois além de ser a mais populosa cidade do país, com mais de 11 milhões de habitantes, também apresenta o maior PIB do Brasil (aproximadamente 400 bilhões de reais em 2009).

Conhecida como a Capital econômica e financeira do país, a cidade de São Paulo abriga 85% dos maiores bancos, possui uma das maiores bolsas do mundo em valor de mercado e registra em média 1/3 das operações de crédito do país³.

Durante o ano de 2012 foram registradas aproximadamente 66 Investigações Especiais que ensejaram Operações Policiais no Estado de São Paulo.

¹ <http://www.ibge.gov.br/home> - capturado em 11/07/2012.

² PIB em 2009 foi de mais de 1 trilhão de reais, de acordo com o IBGE (R\$ 1.084.353.000.000).

³ em dezembro de 2010 registrou 30% das operações de crédito do país (FONTE: IBGE/BACEN/FECOMERCIO/INVESTE SP).

No que tange à gestão administrativa da Superintendência de Polícia Federal em São Paulo no exercício de 2012, podem ser destacadas, dentre outras, as seguintes realizações: reforma em um dos prédios na Capital; licitação para melhoria do serviço de internet da SR/DPF/SP e suas unidades, visando ao aumento da velocidade e qualidade dos serviços de investigação; aquisição de centrais telefônicas e modernização dos sistemas de telefonia visando à obtenção de melhores serviços e economia de recursos públicos; renovação de parte do parque de tecnologia da informação, com a aquisição de memórias, servidores e “switch cores” visando à segurança de dados.

1.7.2. Centros de Custos

Em 01 de maio de 2012 foi implantado no âmbito da SR/DPF/SP e suas delegacias descentralizadas o Projeto Centro de Custos o qual favoreceu um melhor controle sobre os gastos e conseqüentemente permitiu maior economia de recursos públicos, pois passou a gerar ferramentas para avaliação das gestões dos chefes das unidades.

Para tanto, foi realizado um estudo para aferir valores gastos durante o exercício de 2011 o qual possibilitou o estabelecimento de cotas orçamentárias para cada tipo de despesa e metas de economia coerentes com o tamanho e tipo de trabalho de cada unidade. Para as delegacias descentralizadas, foram estipuladas valores de cotas de combustível, manutenção de viaturas e diárias. Além disso, foram estipuladas metas de economia de energia elétrica e telefonia fixa. Para as unidades da Capital foram estabelecidas cotas de combustível e manutenção de viaturas.

Dessa forma, apesar de não se tratarem de Unidades Gestoras, os responsáveis por cada centro passaram a ter gerência sobre as cotas a eles disponibilizadas. Tal medida confere maior independência nas gestões e também maior responsabilidade sobre os gastos efetuados, visto que os resultados passaram a ser medidos periodicamente e apresentados nas reuniões semestrais realizadas no âmbito da Superintendência Regional.

A seguir, são apresentados os resultados auferidos no primeiro semestre de implantação do projeto:

Tabela 1: Cotas de Combustível das Delegacias Descentralizada, Delegacias Especializadas e Setores da Sede da SR/DPF/SP

UG: SR/DPF/SP	
Centro de Custo	Consumo Anual (R\$)
Delegacia em Araraquara	42.239,00
Delegacia em Araçatuba	48.970,33
Delegacia em Bauru	46.894,40
Delegacia em Cruzeiro	21.071,74
Delegacia em Jales	50.751,33
Delegacia em Marília	54.029,06
Delegacia em Piracicaba	22.262,66
Delegacia em Pres. Prudente	61.114,67
Delegacia em Ribeirão Preto	93.373,88
Delegacia em S. J. Rio Preto	81.569,77
Delegacia em S. J. dos Campos	59.151,84

Delegacia em Sorocaba	68.600,57
Delegacia em São Sebastião	15.431,30
Grandes Eventos	36.276,50
DEAIN	30.693,80
NO/DEAIN	17.878,43
CGH/DEAER	7.004,89
COR	19.804,27
DELEARM	3.319,45
DELEFAZ	39.775,14
DELEFIN	43.311,42
DELEMAPH	6.440,29
DELEMIG	25.819,10
DELEPAT	49.750,09
DELEPREV	16.738,25
DELESP	19.111,66
DELINST	15.090,44
DRCOR	2.085,73
DRE	77.318,28
DREX	13.487,57
GAB/GSR	19.495,18
GRCC	13.889,76
INTERPOL	9.956,86
NID	5.761,01
NSD	50.567,70
NUCPQ	1.813,23
NUDIS	6.834,14
SCS	2.132,49
SELOG	40.655,86
SETEC	14.189,80
SIP	34.221,16
SPO	87.029,68
SRH	827,65
STI	8.507,82
Especial	26.545,05
UG: DPF/STS/SP	
Delegacia em Santos	122.809,58
UG: DPF/CAS/SP	
Delegacia em Campinas	89.535,12
Total Geral da UJ	
UG: SR/DPF/SP	
Centro de Custo	Consumo Anual (R\$)
Total Descentralizadas	665.460,55
Total Especializadas e Setores	746.332,70
Total da UG - SR/DPF/SP	1.411.793,25

UG: DPF/STS/SP	
Centro de Custo	Consumo Anual (R\$)
Total da UG - DPF/STS/SP	122.809,58
UG: DPF/CAS/SP	
Centro de Custo	Consumo Anual (R\$)
Total da UG - DPF/CAS/SP	89.535,12
Total Geral da UJ	1.624.137,95

Fontes: NUTRAN/SELOG/SR/DPF/SP; Administração DPF/STS/SP; Administração DPF/CAS/SP.

Tabela 2: Comparação de Gastos das Instalações da SR/DPF/SP na Capital e das Delegacias Descentralizadas no Estado

DELEGACIAS DESCENTRALIZADAS	Telefonia (R\$)		Energia Elétrica (R\$)	
	Exercício 2011	2012	2011	2012
SR (Instalações na Capital)	631.757,22	467.692,34	1.334.451,33	1.301.800,54
ARAÇATUBA	25.478,24	20.793,44	30.324,64	26.061,70
ARARAQUARA	37.414,35	33.139,44	31.128,66	27.745,80
BAURU	37.607,93	30.159,50	71.045,20	63.773,23
CRUZEIRO	50.453,11	37.117,52	14.489,70	6.127,32
JALES	32.018,88	24.023,98	34.830,95	29.755,09
MARÍLA	38.041,43	22.121,35	35.628,83	2.765,82
PIRACICABA	36.616,85	23.233,96	*	*
PRESIDENTE PRUDENTE	36.266,57	38.459,59	55.074,13	183.421,79
RIBEIRÃO PRETO	52.605,45	32.788,94	92.524,86	94.937,74
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	45.337,05	42.118,60	32.759,08	26.771,02
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	43.591,46	29.835,33	28.596,91	21.885,23
SÃO SEBASTIÃO	20.722,49	21.993,38	12.068,18	13.787,30
SOROCABA	39.568,58	23.652,06	43.570,39	51.927,46
SANTOS	155.430,57	107.533,34	129.143,93	144.728,37
CAMPINAS	0,00	0,00	N/I	55.271,35
TOTAL	1.282.910,18	954.662,77	1.945.636,79	2.050.759,76

*Valores pagos pela prefeitura de Piracicaba

Fontes: SELOG/SR/DPF/SP; Administração DPF/STS/SP; Administração DPF/CAS/SP.

No caso da telefonia, a economia de 25,5% nos valores de 2012, pode ser explicada pela campanha para uso do VOIP e das comunicações por e mail e chat interno. Além disso, no final do exercício de 2012, foram adquiridas novas centrais telefônicas, cujo sistema tornará possível a identificação por senha do servidor que efetua cada ligação. Com isso, será possível aumentar o controle do uso, gerando economia dos recursos públicos. Outro serviço que será prestado é o sigame de telefonia celular que escolhe automaticamente a ligação de menor tarifa. Com essas e outras medidas, espera-se atingir nível ainda maior de economia em 2013.

No que tange aos gastos com energia elétrica, verificou-se aumento de 05,4% no valor total gasto pelas Delegacias Descentralizadas. Observando-se com atenção, verifica-se que grande parte do aumento está relacionado com a Delegacia de Presidente Prudente. Tal fato se justifica pela mudança da sede da Delegacia para prédio próprio, com área muito maior do que a anteriormente

ocupada. Atualmente, a sede conta com elevador, sistema de ar condicionado central, iluminação externa, o que gera elevado aumento nos custos de energia elétrica. De todas as outras Delegacias, somente Ribeirão Preto, São Sebastião e Sorocaba apresentaram pequenos aumentos nos gastos com energia elétrica, provavelmente devido às temperaturas climáticas elevadas verificadas no ano de 2012 e à distribuição de aparelhos de ar condicionado às delegacias, ocorrida no início de 2012. Em todas as demais delegacias, verificou-se redução do consumo de energia elétrica, demonstrando que a implantação do centro de custos e as campanhas para economia e uso racional de recursos estão dando resultados satisfatórios.

Em relação aos custos com manutenção de viatura, apesar de terem seus valores auferidos, eles não foram considerados para fins de gestão. Uma vez que há grande quantidade de viaturas com mais de 12 anos de uso que são indispensáveis ao serviço, como as viaturas de transporte de presos, decidiu-se por liberar as cotas de manutenção no final do exercício de 2012 com a finalidade de garantir a segurança dos transportes. Tais serviços de manutenção são bastante dispendiosos, devido a idade dos veículos, mas totalmente necessários, de forma que sua economia só se fará com a aquisição de viaturas novas que efetuem o mesmo tipo de transporte.

1.7.3. Metas 2013

Para o exercício de 2013, a SR/SP tem como objetivos: o aprimoramento do nível de gestão, a racionalização dos gastos públicos, a realocação de recursos materiais e humanos, o incremento do desempenho institucional e o atendimento adequado às necessidades dos cidadãos.

Os projetos foram aprovados e priorizados segundo os critérios:

I – Alinhamento estratégico com os Objetivos Institucionais;

II – Alinhamento por competência da Superintendência Regional ou dos Órgãos Centrais;

III – Minimização de duplicidades de projetos por agrupamento criando novos projetos ou programas de maior abrangência;

IV – Limitações de Recursos Financeiros e Recursos Humanos, redistribuindo projetos conforme disponibilidade de cada gerente de projetos;

V – Grau de urgência do referido projeto;

Para o exercício de 2013, a Superintendência de Polícia Federal tem como projetos principais: dar andamento no projeto de construção das novas Delegacias de Polícia Federal em São José do Rio Preto e Ribeirão Preto, bem como de Campinas, de acordo com o disposto no Plano Plurianual 2012-2015; continuar realizando melhorias nos serviços de Polícia Administrativa para melhor atendimento ao público; aprofundar a gestão por centros de custos em todas as Delegacia e Setores; consolidar a política de gestão estratégica e planejada nas Delegacias e Setores; estabelecer os indicadores mais relevantes para cada área de atuação, visando ao atendimento de metas que reflitam os reais impactos no combate à criminalidade, na prestação de serviços administrativos e na área de apoio administrativo.

1.7.4. Principais atividades na área de Polícia Administrativa

No âmbito da Polícia Administrativa, o DPF exerce inúmeras atribuições, destacando-se as seguintes áreas de atuação:

- Controle/fiscalização de armas;
- Controle/fiscalização de produtos químicos;
- Controle/fiscalização de segurança privada;
- Controle Migratório;
- Emissão de passaporte;
- Registro de estrangeiros;
- Emissão de certidão de antecedentes.

O Sistema Nacional de Armas (SINARM), instituído no Ministério da Justiça, no âmbito do DPF, com circunscrição em todo o território Nacional, é responsável pelo controle de armas de fogo em poder da população, conforme previsto na Lei n. 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento).

No ano de 2012, foram registrados os seguintes dados:

QUANTIDADE DE REGISTROS DE ARMA DE FOGO EMITIDOS EM 2012 PELO DPF NO ESTADO DE SÃO PAULO	33.368
QUANTIDADE DE ARMAS DE FOGO ARRECADADAS EM 2012 PELO DPF NA SUPERINTENDÊNCIA DE SÃO PAULO	901
QUANTIDADE DE ARMAS DE FOGO DESTRUÍDAS EM 2012 NA SUPERINTENDÊNCIA DE SÃO PAULO	500
QUANTIDADE DE MUNIÇÕES DESTRUÍDAS EM 2012 NA SUPERINTENDÊNCIA DE SÃO PAULO	420.000

O DPF também exerce o controle e a fiscalização de produtos químicos que possam ser destinados à elaboração de drogas ilícitas (Lei n. 10.357/2001).

No ano de 2012 foi registrada a seguinte informação:

QUANTIDADE DE EMPRESAS CADASTRADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO	24.000
---	--------

Atividades de controle e a fiscalização na área de Segurança Privada são de atribuição do DPF, de acordo com a Lei n. 7.102/83 e Decreto n. 89.056/83.

No ano de 2012 foi registrada a seguinte informação:

QUANTIDADE DE VISTÓRIAS/FISCALIZAÇÕES REALIZADAS NA CIRCUNSCRIÇÃO DA CAPITAL SÃO PAULO	4.205
--	-------

Em relação ao registro, emissão/renovação de Cédula de Identidade de Estrangeiros, no ano de 2012 foram registradas as seguintes informações:

ENTREGA DE CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIROS – APENAS NA CIRCUNSCRIÇÃO DA CAPITAL	48.004
ENTREGA DE CÉDULA DE IDENTIDADE DE ESTRANGEIROS – NO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUI CIRCUNSCRIÇÃO DA CAPITAL)	67.436

Quanto à emissão de passaportes, no ano de 2012 foram registradas as seguintes informações:

QUANTIDADE DE PASSAPORTES EMITIDOS – APENAS NA CIRCUNSCRIÇÃO DA CAPITAL	507.042
QUANTIDADE DE PASSAPORTES EMITIDOS – NO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUI CIRCUNSCRIÇÃO DA CAPITAL)	736.696

A Superintendência da Polícia Federal em São Paulo conta com um Núcleo de Identificação, que é responsável pela elaboração de identificações papiloscópicas, identificações criminais, emissão de certidões de antecedentes criminais, além de outras atribuições.

No ano de 2012 foram registradas as seguintes informações referentes ao Núcleo de Identificação Criminal:

QUANTIDADE DE IDENTIFICAÇÕES CRIMINAIS REALIZADAS	790
QUANTIDADE DE CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS EMITIDAS	15.840
QUANTIDADE DE IDENTIFICAÇÕES PAPILOSCÓPICAS REALIZADAS	432
QUANTIDADE DE FOLHAS DE ANTECEDENTE EMITIDAS	7.080

1.7.5. Principais atividades na área de Polícia Judiciária

No âmbito da Polícia Judiciária, destacam-se as atividades investigativas realizadas em 2012 pela Superintendência da Polícia Federal em São Paulo.

Em 2012 foram instaurados 15.255 e relatados 12.982 Inquéritos Policiais. Restaram 24.554 Inquéritos em andamento.

Além disso, foram realizadas aproximadamente 66 Investigações Especiais que ensejaram Operações Policiais no Estado de São Paulo.

As áreas de atuação especializadas na esfera da Polícia Judiciária são:

- Crimes Fazendários;
- Crimes Previdenciários;
- Crimes Financeiros e desvio de recursos públicos;

- Defesa Institucional;
- Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico;
- Crimes contra o Patrimônio;
- Crimes de Drogas;
- Crimes Cibernéticos.

Tabela 3: Dados sobre Polícia Judiciária.

Sede e Descentralizadas	IPLs			TCs Instaurados	REs Instaurados	CPs Instaurados	EXPEDIENTES Pendentes de Instauração	INDICIAMENTOS
	Instaurados	Relatados	Em Andamento					
SR/DPF/SP	7.068	5.945	14.232	32	489	2.367	737	2.623
Aer. Congonhas	59	65	43	12	0	0	0	16
Aer. Guarulhos	395	426	221	17	17	0	11	404
Araçatuba	183	184	135	9	12	106	6	181
Araraquara	537	400	457	3	34	113	8	315
Bauru	465	479	555	2	24	164	21	208
Campinas	1.009	955	1.788	12	28	441	252	199
Cruzeiro	184	148	218	5	5	33	2	126
Jales	199	156	157	2	0	40	1	139
Marília	470	413	612	4	2	415	21	281
Piracicaba	463	449	326	3	44	168	18	217
Pres. Prudente	445	364	436	7	26	137	16	271
Ribeirão Preto	846	541	895	15	24	268	27	269
Santos	1.041	980	2.327	10	2	292	356	354
São J. Campos	403	287	599	2	14	182	25	139
São J. Rio Preto	787	564	726	4	21	217	61	387
São Sebastião	86	73	80	2	1	54	0	75
Sorocaba	615	555	747	1	0	207	3	302
TOTAL	15.255	12.984	24.554	142	743	5.204	1.565	6.506
IPL: Inquérito Policial; TC: Termo Circunstanciado; RE: Registro Especial; CP: Carta Precatória.								

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES

Existem diversas metodologias disponíveis para desenvolver o planejamento estratégico. A Superintendência da Polícia Federal em São Paulo adotou a linha metodológica de identificar, inicialmente, como a organização está e depois estabelecer “aonde se quer chegar”.

Os argumentos para a adoção dessa linha são os seguintes:

- iniciar o planejamento com os principais objetivos definidos facilita a identificação das oportunidades que lhes permitam atingi-los;

- é muito difícil identificar oportunidades sem um conjunto orientador de objetivos, pois o mundo apresenta muitas possibilidades e a organização ficaria desorientada.

Esta metodologia requer quatro momentos necessários à realização do planejamento:

- quem somos;

- como estamos;

- onde queremos chegar;

- o que faremos para atingir os objetivos estabelecidos.

Os *valores* são os grandes princípios norteadores dos relacionamentos sociais e devem inspirar todos os padrões de comportamento da organização que, como sistema social aberto, sofre as influências do ambiente externo e de sua própria dinâmica interna.

Direcionam, não apenas o processo de planejamento estratégico, como toda a sua trajetória. É de fundamental importância que sejam compartilhados por todos os integrantes da organização e realmente correspondam à postura adotada, conduzindo ao comprometimento total com as metas estabelecidas, os objetivos estipulados e a visão de futuro delineada.

Dessa forma, todo e qualquer planejamento estratégico obrigatoriamente tem que ser iniciado pela análise ou a definição dos valores e princípios a serem seguidos, pois serão eles que balizarão o comportamento e o relacionamento interno na organização e dela com os demais sistemas sociais e com o ambiente externo em que está inserida.

Os valores do DPF estão definidos na Portaria n. 1735/2010 – DG/DPF, de 3 de novembro de 2010:

- Coragem;

- Lealdade;

- Legalidade;

- Ética e Probidade; e,

- Respeito aos Direitos Humanos.

Por se tratar de uma organização pública, os “princípios éticos” do DPF estariam integrados em seus valores e princípios:

- exercer, com eficiência e probidade, os misteres de seu cargo;

- respeitar a dignidade da pessoa humana;
- ser justo e imparcial nos julgamentos e atos e na apreciação dos atos dos subordinados;
- empregar todas as suas energias em benefício do serviço;
- desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação;
- ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada;
- cumprir seus deveres de cidadão;
- proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular;
- conduzir-se, mesmo fora do serviço ou na inatividade, de modo a preservar o respeito e o decoro da função policial;

Podem ainda ser citados outros valores e princípios, como por exemplo: respeito, valorização e desenvolvimento contínuo das pessoas e do trabalho em equipe, gestão compartilhada, entre outros.

Além dos valores, a definição da *missão* da organização deve nortear o planejamento, servindo de orientação para a definição das estratégias e dos objetivos organizacionais.

A missão do DPF está definida na Portaria n. 1735/2010 – DG/DPF, de 3 de novembro de 2010: “Exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito”.

Nesse aspecto, ressalta-se que deve existir integração harmônica entre os planejamentos dos órgãos que integram a instituição.

Desta forma, o Planejamento Estratégico do escalão superior deve ser o ponto de partida. As Superintendências deverão considerar os objetivos, as metas e as ações estabelecidas pelo Departamento de Polícia Federal. As Delegacias deverão considerar o que for estabelecido pelas Superintendências que integram.

É fundamental que todos os órgãos que integram a Polícia Federal, ao desenvolverem seus planejamentos estratégicos, analisem o Planejamento Estratégico elaborado pelo Departamento e considerem os aspectos relacionados à Política e às Diretrizes dos escalões superiores.

2.1 Planejamento Estratégico da Unidade

No início do ano de 2012 foi elaborado um relatório com o resumo da coleta dos dados relacionados às principais atividades desempenhadas pela Polícia Federal na Superintendência Regional em São Paulo no ano de 2011.

Este primeiro trabalho teve por objetivo definir um diagnóstico com a avaliação interna do Órgão, para evidenciar os pontos fortes e as deficiências. De forma sintética, ele serviu de subsídio e parâmetro para avaliação, comparação e melhoria da gestão.

A visualização sistêmica da organização permite que as experiências bem sucedidas sejam disseminadas e os pontos fracos sejam identificados e gradativamente transformados em

oportunidades de melhoria e inovação, de modo a contribuir para o avanço qualitativo dos serviços públicos prestados ao cidadão pela Polícia Federal.

Partindo deste diagnóstico inicial, foi possível iniciar a implantação de um sistema de avaliação continuada, que fornecerá ao administrador subsídios para a tomada de decisões com maior segurança, de forma a aprimorar o nível de gestão, com a racionalização dos gastos públicos, realocação de recursos materiais e humanos, incremento do desempenho institucional e adequado atendimento às necessidades dos cidadãos.

A metodologia utilizada foi, basicamente, de coleta de dados. As informações compiladas foram fornecidas pelos Chefes/Responsáveis pelas respectivas Delegacias/Setores.

Embora tenha reproduzido informações genéricas, o resumo quantitativo das atividades desenvolvidas pela Polícia Federal na Superintendência Regional de São Paulo teve por escopo confirmar a premissa (hipótese) de que existe um descompasso entre o grande volume de trabalho e a escassa força de trabalho.

Nesse cenário, torna-se ainda mais evidente a necessidade de fortalecer a cultura permanente de gestão estratégica, com foco na eficácia, eficiência e efetividade dos serviços e atividades.

Os objetivos institucionais e as Ações estratégicas do DPF estão indicados na Portaria n. 1735/2010 – DG/DPF, de 3 de novembro de 2010:

OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Objetivo: Fortalecer a cultura de gestão estratégica

- Ação Estratégica: Planejamento Estratégico;
- Ação Estratégica: Gestão de Processos;
- Ação Estratégica: Gestão de Projetos;
- Ação Estratégica: Avaliação do Desempenho;
- Ação Estratégica: Modelagem Organizacional;
- Ação Estratégica: Gestão do Conhecimento;
- Ação Estratégica: Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;
- Ação Estratégica: Garantia da Segurança Institucional.

Objetivo: Valorizar o Servidor

- Ação Estratégica: Gestão por Competência;
- Ação Estratégica: Assistência à Saúde do Servidor.

Objetivo Institucional: Ampliar a Credibilidade Institucional

- Ação Estratégica: Proteção da Imagem Institucional;
- Ação Estratégica: Difusão da Comunicação Interna e Externa;
- Ação Estratégica: Desenvolvimento da Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo Institucional: Reduzir a Criminalidade

- Ação Estratégica: Prevenção à Criminalidade;
- Ação Estratégica: Repressão a Organizações Criminosas;
- Ação Estratégica: Atuação Policial em Grandes Eventos;
- Ação Estratégica: Gestão da Qualidade da Prova;
- Ação Estratégica: Aperfeiçoamento dos Procedimentos de Polícia Judiciária;
- Ação Estratégica: Efetivação de Mecanismos de Análise e Inteligência Policial.

Objetivo Institucional: Promover a Cidadania

- Ação Estratégica: Defesa dos Direitos Humanos;
- Ação Estratégica: Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão;
- Ação Estratégica: Individualização do Cidadão;
- Ação Estratégica: Controle Regulatório e Fiscalizatório.

Objetivo Institucional: Incrementar os Acordos e Parcerias;

- Ação Estratégica: Alianças Internacionais;
- Ação Estratégica: Cooperação Nacional.

Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

- Ação Estratégica: Gestão de Obras e Infraestrutura;
- Ação Estratégica: Racionalização da Gestão Logística.

Objetivo Institucional: Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação

- Ação Estratégica: Alinhamento da TI à Gestão Policial;
- Ação Estratégica: Melhoria da Infraestrutura e Serviços de TI e Telecomunicações.

Objetivo Institucional: Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico

- Ação Estratégica: Gestão Orçamentário-Financeira;
- Ação Estratégica: Uniformização Orçamentário-Financeiro-Contábil.

2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

Considerando o objetivo institucional de fortalecer a cultura de gestão estratégica algumas medidas foram adotadas com a finalidade de atender adequadamente às responsabilidades institucionais:

- Criação do Comitê Decisor de Projetos Estratégicos - CODEPE, com as atribuições de selecionar e classificar as propostas de projetos no âmbito da SR/DPF/SP e solicitar informações e ações referentes a Projetos Estratégicos aprovados ou propostas em fase de pré-analise;
- Criação do Ciclo de Planejamento e Gestão, no âmbito da SR/SP e adoção de técnicas de gerenciamento de projetos para a SR/DPF/SP, com o objetivo de monitorar e controlar a gestão de projetos:
 - a) elaboração de relatórios periódicos pela Unidade Integrada de Gestão Estratégica – UIGE/SR/DPF/SP – sobre as demandas de projetos estratégicos;
 - b) criação do Comitê Decisor de Projetos Estratégicos - CODEPE, para aprovação e priorização de projetos estratégicos, de acordo com os seguintes critérios: alinhamento estratégico com os objetivos institucionais, alinhamento por competência na Superintendência Regional ou nos Órgãos Centrais, minimização de duplicidades de projetos por agrupamento criando novos projetos ou programas de maior abrangência, limitações de recursos financeiros e recursos humanos, redistribuindo projetos conforme disponibilidade de cada gerente de projetos e grau de urgência do projeto.
- Desenvolvimento de projetos na área de capacitação de servidores;
- Considerando a escassez de recursos humanos e de investimentos, o critério da seletividade é utilizado com a priorização e concentração de esforços nas áreas investigativas de maior relevância: organizações criminosas violentas, tráfico de drogas, tráfico de armas e desvio de recursos públicos.

2.3 Planos de Metas e Ações do exercício de 2012

O plano de ação e a estratégia de atuação a ele associada são compartilhados e revisados permanentemente pelos Órgãos Centrais, com participações periódicas de todas as Superintendências. Tal sistemática orienta os trabalhos da SR/DPF/SP e promove a convergência dos esforços e eficiência da utilização dos recursos disponíveis.

No decorrer do ano de 2012, foi desenvolvido um trabalho no âmbito da SR/DPF/SP, que resultou no Projeto Piloto que propiciará o controle de dados estatísticos e indicadores de resultados. Neste projeto, que contou com o envolvimento de todas as unidades da SR/DPF/SP, também foram desenvolvidas metas de produtividade. O projeto será implementado no ano de 2013.

No entanto, é importante destacar que as seguintes metas estabelecidas para 2012 foram atingidas:

- Intensificação do combate ao tráfico de drogas, crimes financeiros, contrabando e descaminhos, tráfico de armas e outros de competência da Polícia Federal no âmbito da SR/DPF/SP;
- Intensificação do combate à pedofilia e do tráfico de seres humanos;
- Ampliação o número de Postos de Emissão de Passaportes;
- Desenvolvimento de indicadores de desempenho representativos e compatíveis com a realidade das atividades. Indicadores por processo e produtividade;
- Investimento em melhorias no Parque de Informática e Telefonia;
- Criação do Grupo Especializado em Investigação de Desvio de Recursos Públicos;
- Criação da Unidade Integrada de Gestão Estratégica; do Ciclo de Gestão da SR/DPF/SP e do Comitê Decisor de Projetos (CODEPE) da SR/DPF/SP;
- Implementação Centro de Custos por Delegacia e Setor; e,
- Redução do prazo de agendamento para o Passaporte.

2.4 Informações sobre indicadores e metas

O DPF possui dois indicadores institucionais, quais sejam: prazo de conclusão de inquéritos policiais e taxa de conclusão de inquéritos policiais.

TEMPO MÉDIO GASTO ENTRE O INÍCIO E A CONCLUSÃO DO IPL

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Data	Índice inicial (*)	Índice final (*)	Índice previsto no exercício(*)	Índice atingido no exercício
1	<i>Prazo médio de conclusão de IPLs na UJ</i>	01/01/2012 a 31/12/2012	79	70	< 70	69,41

(*) foram utilizados os valores constantes no memorando nº 002/2013-GAB/SR/DPF/SP

Para elaboração dessa tabela, não foi considerado o tempo de tramitação na JF/MPF, apenas o nº de dias úteis entre a abertura e o encerramento do IPL

TAXA DE CONCLUSÃO DE IPLs NA UNIDADE

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Data	Índice inicial (*)	Índice final (*)	Índice previsto no exercício(*)	Índice atingido no exercício
TOTAL DA UJ	<i>Taxa de conclusão de IPLs na UJ (percentual)</i>	31.12.12	63,60	80	> 80%	85,11%

(*) foram utilizados os valores constantes no memorando nº 002/2013-GAB/SR/DPF/SP

Em complemento às informações relativas aos indicadores institucionais do DPF, esta Unidade Jurisdicionada esclarece que a despeito dos dois índices apresentados (prazo de conclusão de inquéritos policiais no DPF e taxa de conclusão de inquéritos policiais no DPF), está em processo de construção no DPF outros indicadores, de caráter institucional, que melhor retratam a gestão do órgão, apontando o acompanhamento; o alcance das metas previstas; os avanços; as melhorias na qualidade dos serviços prestados, bem como a necessidade de correções e mudanças de rumos nas ações, com o fim de orientar o Órgão na busca da excelência dos serviços prestados.

Para isso, o Diretor-Geral do Departamento, por meio do Despacho nº 7274/2012, de 28/11/2012, aprovou o Termo de Abertura do Projeto CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DO PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA FEDERAL (2010/2022). Esse documento foi a diretriz utilizada Pela Direção para a elaboração da proposta do Plano de Gerenciamento do Projeto, que apresenta o planejamento das ações previstas como necessárias para se alcançar os objetivos do projeto. Ele define também como os trabalhos pertinentes serão executados, monitorados, controlados e encerrados.

Ato contínuo, foi realizada reunião, em 11 de dezembro de 2012, entre servidores do DPF e da Secretaria de Planejamento de Gestão do Tribunal de Contas da União com o fim de buscar entendimento sobre o tema e, ainda, de formar uma agenda positiva para a realização dos trabalhos correlatos, com a orientação técnica daquele Tribunal. Essa reunião foi oficializada por meio do

Ofício 861/2012-GAB/DG/DPF, de 14 de dezembro de 2012, do Diretor-Geral do DPF ao Exmo. Ministro Augusto Nardes, Presidente do TCU.

Atualmente, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF - CIGE trabalha na formação dos novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, o DPF espera criar, no exercício de 2013, indicadores de desempenho da gestão que se preste a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõe o órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

Foi desenvolvido nesta UJ, durante o ano de 2012, o Projeto Piloto que propiciará o controle de dados estatísticos e indicadores de resultados, o qual será implementado na SR/DPF/SP no exercício de 2013, por meio de Portaria do Superintendente Regional.

Neste projeto consta a criação do quadro de indicadores de resultados, respectivas metas e dados estatísticos. Os Indicadores de Resultados e Dados Estatísticos foram aprovados e priorizados segundo os critérios:

I – Alinhamento estratégico com os Objetivos e Metas estabelecidos no Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal, com maior foco no Programa 2070, programa de responsabilidade do Ministério da Justiça e finalístico para o Departamento de Polícia Federal;

II – Alinhamento estratégico com os Objetivos Institucionais;

III – Alinhamento por competência da Superintendência Regional ou dos Órgãos Centrais;

IV – Grau de importância do acompanhamento da informação em função de pesquisas realizadas nesta Superintendência;

V – Limitações na obtenção de informações com alto grau de detalhamento;

VI – Alinhamento de sugestões realizado através das Reuniões Semestrais de Chefias previstas no Ciclo de Planejamento e Gestão, no âmbito da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em São Paulo.

De acordo com o Projeto Piloto desta UJ, na área de Polícia Judiciária serão avaliados 8 (oito) indicadores de resultados e acompanhados 38 (trinta e oito) dados estatísticos para o exercício de 2013. Para as atividades de polícia administrativa serão avaliados 7 (sete) indicadores de resultados e acompanhados 16 (dezesesseis) dados estatísticos para o período de 2013. Para as atividades de área meio haverá o acompanhamento dos dados estatísticos.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura da Governança

A SR/DPF/SP e suas unidades gestoras não possuem estruturas de auditoria independente e conselhos externos. Os controles externos são realizados pelos órgãos para isso determinados, isto é, a Controladora Geral da União e o Tribunal de Contas da União.

Dentro da estrutura do Departamento de Polícia Federal, está formalizada a Assessoria de Controle Interno, que analisa parte dos processos existentes no âmbito da Superintendência em São Paulo, subsidiando as decisões da Direção Geral.

Na estrutura da SR/DPF/SP existe ainda a Corregedoria Regional, subdividida em Núcleo de Disciplina e Núcleo de Correições, a Unidade Integrada de Gestão Estratégica e as Unidades de Assessoramento da Alta Administração da SR/SP, que exercem funções de apoio nas atividades de autocontrole da gestão. Há previsão para a criação da Unidade de Controle Interno, durante o exercício de 2013, com a finalidade de complementar a estrutura de governança da Superintendência.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			

13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<p>Análise Crítica: A SR/DPF/SP não possuía unidade de controle interno formalizada durante o exercício de 2012. As respostas do quadro A.3.1 foram fornecidas pela alta administração da Superintendência e as médias das respostas foram considerados os valores da tabela. Cabe ressaltar que é meta a ser implementada no início de 2013 a formalização da UCI – Unidade de Controle Interno, que ficará responsável pelas informações de autocontrole da gestão. Dessa forma, será possível prestar informações sobre o ambiente de controle, avaliação de risco, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento.</p>					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 Sistema de Correição

No âmbito da Polícia Federal, em razão das disposições normativas internas (Regimento Interno e seu regulamento), às Corregedorias Regionais incumbe essencialmente:

- a) Análise de viabilidade das notícias de infração penal e sua destinação;
- b) Apoio consultivo nas áreas de polícia judiciária e administrativo-disciplinar à administração regional;
- c) Promoção da correição das investigações em andamento ou findas, bem como seu acompanhamento posterior à fase pré-processual, além de proceder ao controle estatístico das apurações e das incidências penais;
- d) Acompanhamento da atuação profissional dos servidores na atividade-fim;
- e) Recebimento e processamento de procedimentos de natureza administrativo-disciplinar visando a apuração e repressão das transgressões disciplinares;
- f) Manutenção dos dados envolvendo os servidores do órgão e transgressões disciplinares, bem como sua difusão aos demais órgãos de controle.

A Corregedoria Regional de Polícia Federal em São Paulo executa estritamente tais atividades e, como todas as demais do órgão, é subdividida em Núcleo de Correições (controle interno da atividade-fim) e em Núcleo de Disciplina (apuração de infrações disciplinares).

3.4 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A Portaria nº. 1.043/2007-CGU é integralmente cumprida na SR/DPF/SP, ficando à cargo do Núcleo de Disciplina da Corregedoria Regional tal mister, sendo a administradora local do Sistema CGU-PAD a EPF Paula Regina dos Santos Brasileiro.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2012-2015 dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos diretamente administrados pela SR, abrange a gestão da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerado a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Ressalta-se que a SR/DPF/SP não é unidade orçamentária e não recebe créditos atribuídos originalmente pela LOA, razão pela qual diversas informações solicitadas não se aplicam à unidade jurisdicionada.

4.1 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.1.1 Execução Orçamentária da Despesa

4.1.1.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.1.1.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação SR/DPF/SP				Valores em R\$ 1,00	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2012	2011	2012	2011	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	17.369.213,98	15.483.873,92	17.369.213,98	15.353.718,60	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	
c) Concorrência	-	1.017.807,54	-	1.017.807,54	
d) Pregão	17.369.213,98	14.466.066,38	17.369.213,98	14.335.911,06	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (g+h)	13.195.995,48	11.895.229,87	13.195.995,48	11.895.229,87	
g) Dispensa	12.462.609,03	11.007.621,18	12.462.609,03	11.007.621,18	
h) Inexigibilidade	733.386,45	887.608,69	733.386,45	887.608,69	
3. Regime de Execução Especial	982.140,97	826.237,05	982.140,97	826.237,05	
i) Suprimento de Fundos	982.140,97	826.237,05	982.140,97	826.237,05	
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	7.506.432,56	2.035.233,12	7.506.432,56	2.035.233,12	
j) Pagamento em Folha	20.735,72	39.095,90	20.735,72	39.095,90	

k) Diárias	7.485.696,84	1.996.137,22	7.485.696,84	1.996.137,22
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	39.053.782,99	30.240.573,96	39.053.782,99	30.110.418,64

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2012

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação – DPF/STS/SP				Valores em R\$ 1,00
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	2.368.889,62	2.626.679,78	2.158.440,18	2.320.928,79
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	2.368.889,62	2.626.679,78	2.158.440,18	2.320.928,79
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	320.190,78	322.206,37	236.574,05	289.698,35
g) Dispensa	293.921,51	141.804,22	234.934,07	119.296,20
h) Inexigibilidade	26.269,27	180.402,15	1.639,98	170.402,15
3. Regime de Execução Especial	43.624,00	70.837,00	33.445,41	53.470,52
i) Suprimento de Fundos	43.624,00	70.837,00	33.445,41	53.470,52
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	705.258,68	473.330,11	705.258,68	473.330,11
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	705.258,68	473.330,11	705.258,68	473.330,11
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	3.437.963,08	3.493.053,26	3.133.718,32	3.137.427,77

Fonte: DPF/STS/SP

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação – DPF/CAS/SP				Valores em R\$ 1,00
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.138.500,12	879.606,93	1.138.500,12	879.606,93
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.138.500,12	879.606,93	1.138.500,12	879.606,93
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	743.611,66	774.273,26	743.611,66	774.273,26
g) Dispensa	698.688,19	731.984,29	698.688,19	731.984,29
h) Inexigibilidade	44.923,47	42.288,97	44.923,47	42.288,97
3. Regime de Execução Especial	1.070,00	14.799,26	1.070,00	14.799,26

i) Suprimento de Fundos	1.070,00	14.799,26	1.070,00	14.799,26
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	322.772,78	351.123,90	322.772,78	351.123,90
j) Pagamento em Folha	-	-	-	-
k) Diárias	322.772,78	351.123,90	322.772,78	351.123,90
5. Outros	4.281,33	7.490,59	4.281,33	7.490,59
6. Total (1+2+3+4+5)	2.210.235,89	2.027.293,94	2.210.235,89	2.027.293,94

Fonte: DPF/CAS/SP

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação - Totais da UJ				Valores em R\$ 1,00
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	20.876.603,72	18.990.160,63	20.666.154,28	18.554.254,32
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	1.017.807,54	0,00	1.017.807,54
d) Pregão	20.876.603,72	17.972.353,09	20.666.154,28	17.536.446,78
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	14.259.797,92	12.991.709,50	14.176.181,19	12.959.201,48
g) Dispensa	13.455.218,73	11.881.409,69	13.396.231,29	11.858.901,67
h) Inexigibilidade	804.579,19	1.110.299,81	779.949,90	1.100.299,81
3. Regime de Execução Especial	1.026.834,97	911.873,31	1.016.656,38	894.506,83
i) Suprimento de Fundos	1.026.834,97	911.873,31	1.016.656,38	894.506,83
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	8.534.464,02	2.859.687,13	8.534.464,02	2.859.687,13
j) Pagamento em Folha	20.735,72	39.095,90	20.735,72	39.095,90
k) Diárias	8.513.728,30	2.820.591,23	8.513.728,30	2.820.591,23
5. Outros	4.281,33	7.490,59	4.281,33	7.490,59
6. Total (1+2+3+4+5)	44.715.163,50	35.760.921,16	44.410.918,74	35.275.140,35

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2012

4.1.1.1.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação UG 200360 e UG 200361 – (SR/DPF/SP)												Valores em R\$ 1,00
DESPESAS CORRENTES												
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos					
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2011	
1 – Despesas de Pessoal												
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	59.059,06	39.095,90	59.059,06	-	-	-	59.059,06	-	59.059,06	-	-	-
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	19.739,80		19.739,80				19.739,80		19.739,80			
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.932,81	6.159,94	4.932,81				4.932,81		4.932,81			
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	52.456.708,42	49.739.523,92	40.407.727,64	39.991.924,26	12.048.980,78	9.627.948,78	40.407.727,64	9.627.948,78	40.407.727,64	94.799.184,94		
14 - DIARIAS - CIVIL	7.485.696,84	5.306.854,82	7.485.696,84	5.306.854,82	-	-	7.485.696,84	-	7.485.696,84	5.306.854,82		
30 - MATERIAL DE CONSUMO	4.777.630,36	3.657.366,52	2.711.895,85	1.553.731,83	2.065.734,51	2.103.634,69	2.711.895,85	2.103.634,69	2.711.895,85	1.553.731,83		
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	720.369,50	457.728,79	618.707,67	286.951,29	101.661,83	170.777,50	618.707,67	170.777,50	618.707,67	286.951,29		
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.391.319,35	1.137.106,20	1.146.831,00	1.018.455,32	244.488,35	-	1.146.831,00	-	1.146.831,00	1.018.455,32		
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	36.385.599,72	31.198.925,84	27.883.562,79	24.888.704,46	8.502.036,93	6.310.221,38	27.883.562,79	6.310.221,38	27.883.562,79	24.758.609,14		
47 - OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB.-OP. INTRA-ORÇAMENTARIAS	78.054,03	23.159,22	59.595,02	22.145,29	18.459,01	1.013,93	59.595,02	1.013,93	59.595,02	22.145,29		
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.314.362,50	7.013.106,95	219.831,45	6.178.810,18	1.094.531,05	833.296,77	219.831,45	833.296,77	219.831,45	61.778.810,18		
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	303.676,12	945.275,58	281.607,02	736.271,07	22.069,10	209.004,51	281.607,02	209.004,51	281.607,02	73.627,07		
DESPESAS DE CAPITAL												
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos					
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2011	
4 – Investimentos												
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP. INT. ORC.	143.800,48	2.357.631,24	117.103,67	1.109.782,34	26.696,81	1.247.848,90	117.103,67	1.247.848,90	117.103,67	1.109.782,34		
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP. INTRA-ORC.	2.300.602,14	3.123.048,89	441.392,06	654.799,41	1.859.210,08	2.468.249,48	441.392,06	2.468.249,48	441.392,06	654.799,41		
5 – Inversões Financeiras												
6 – Amortização da Dívida												

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2012

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação UG 200362 e UG 200363 – (DPF/STS/SP)											Valores em R\$ 1,00	
DESPESAS CORRENTES												
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidade		RP não processados		Valores Pagos					
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal												
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida												
3 – Outras Despesas Correntes	3.613.423,23	3.483.765,96	3.429.725,82	3.365.580,91	183.697,41	118.185,05	3.429.725,82	3.365.580,91	3.429.725,82	3.365.760,91	3.429.725,82	3.365.760,91
14 - DIARIAS - CIVIL	708.024,97	473.330,11	708.024,97	473.330,11	-	-	708.024,97	473.330,11	708.024,97	473.330,11	708.024,97	473.330,11
30 - MATERIAL DE CONSUMO	432.797,20	451.028,01	338.331,30	414.053,87	94.465,90	36.974,14	338.331,30	414.053,87	338.331,30	414.053,87	338.331,30	414.053,87
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	44.206,97	14.191,00	44.206,97	14.191,00	-	-	44.206,97	14.191,00	44.206,97	14.191,00	44.206,97	14.191,00
37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	193.282,43	189.687,87	193.282,43	189.687,87	-	-	193.282,43	189.687,87	193.282,43	189.687,87	193.282,43	189.687,87
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.214.315,46	2.276.242,06	2.125.083,95	2.195.031,15	89.231,51	81.210,91	2.125.083,95	2.195.031,15	2.125.083,95	2.195.031,15	2.125.083,95	2.195.031,15
47 - ORRIG. TRIBUT. E CONTRIB. OP. INTRA-ORCAMENTARIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60,48	2.416,12	60,48	2.416,12	-	-	60,48	2.416,12	60,48	2.416,12	60,48	2.416,12
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	20.735,72	76.870,79	20.735,72	76.870,79	-	-	20.735,72	76.870,79	20.735,72	76.870,79	20.735,72	76.870,79
DESPESAS DE CAPITAL												
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidade		RP não Processados		Valores Pagos					
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos												
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP. INT. ORC.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
52 - EQUIP E MATERIAL PERMANENTE - OP. INTRA-ORC.	-	144.474,45	-	138.874,45	-	5.600,00	-	138.874,45	-	5.600,00	-	138.874,45
5 – Inversões Financeiras												
6 – Amortização da Dívida												

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2012

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação UG 200416 – (DPF/CAS/SP)										Valores em R\$ 1,00
DESPESAS CORRENTES										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos			
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal										
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida										
3 – Outras Despesas Correntes	2.236.968,31	1.612.583,16	1.897.065,25	1.334.699,69	339.903,06	277.883,47	1.897.065,25	1.334.699,69		
14 - DIÁRIAS - CIVIL	12.668,84	46.956,37	12.668,84	46.956,37	-	-	12.668,84	46.956,37		
30 - MATERIAL DE CONSUMO	197.311,80	216.380,10	169.073,78	109.756,85	28.238,02	106.623,25	169.073,78	109.756,85		
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	22.650,78	13.487,79	22.650,78	7.136,57		6.351,22	22.650,78	7.136,57		
37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	943.161,92	797.552,99	851.798,09	722.242,49	91.363,83	75.310,50	851.798,09	722.242,49		
39 - SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA	1.028.643,69	485.367,12	808.342,48	395.768,62	220.301,21	89.598,50	808.342,48	395.768,62		
47 - OBRIG. TRIB. E CONTRIBUIÇÕES INTRA ORÇAMENTÁRIAS	32.446,16	34.711,02	32.446,16	34.711,02		-	32.446,16	34.711,02		
92- DEB	85,12	18.127,77	85,12	18.127,77		-	85,12	18.127,77		
DESPESAS DE CAPITAL										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos			
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos										
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT. ORC.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras										
6 – Amortização da Dívida										

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2012

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação UG 200417 – (DPF/CAS/SP)										Valores em R\$ 1,00	
DESPESAS CORRENTES											
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos				
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
1 – Despesas de Pessoal											
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida											
3 – Outras Despesas Correntes	316.513,30	318.966,79	316.513,30	318.966,79	0,00	0,00	316.513,30	318.966,79	316.513,30	318.966,79	
14 - DIÁRIAS - CIVIL	310.103,94	304.167,53	310.103,94	304.167,53	-	-	310.103,94	304.167,53	310.103,94	304.167,53	
30 - MATERIAL DE CONSUMO	3.280,63	3.799,26	3.280,63	3.799,26	-	-	3.280,63	3.799,26	3.280,63	3.799,26	
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	1.000,00	10.000,00	1.000,00	10.000,00	-	-	1.000,00	10.000,00	1.000,00	10.000,00	
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	2.128,73	1.000,00	2.128,73	1.000,00	-	-	2.128,73	1.000,00	2.128,73	1.000,00	
4 – Investimentos											
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
52 - EQUIP E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras											
6 – Amortização da Dívida											
DESPESAS DE CAPITAL											
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos				
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
4 – Investimentos											
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
52 - EQUIP E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras											
6 – Amortização da Dívida											

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2012

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – Totais da UJ									
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		Valores em R\$ 1,00
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
1 – Despesas de Pessoal									
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	59.059,06	39.095,90	59.059,06	0,00	0,00	0,00	59.059,06	0,00	0,00
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	19.739,80	0,00	19.739,80	0,00	0,00	0,00	19.739,80	0,00	0,00
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.932,81	6.159,94	4.932,81	0,00	0,00	0,00	4.932,81	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida									
3 – Outras Despesas Correntes	58.623.613,26	55.154.839,83	46.051.032,01	45.011.171,65	12.572.581,25	10.024.017,30	46.051.032,01	99.818.612,33	
14 - DIÁRIAS - CIVIL	8.516.494,59	6.131.308,83	8.516.494,59	6.131.308,83	0,00	0,00	8.516.494,59	6.131.308,83	
30 - MATERIAL DE CONSUMO	5.411.019,99	4.328.573,89	3.222.581,56	2.081.341,81	2.188.438,43	2.247.232,08	3.222.581,56	2.081.341,81	
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	787.227,25	485.407,58	685.565,42	308.278,86	101.661,83	177.128,72	685.565,42	308.278,86	
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	1.392.319,35	1.147.106,20	1.147.831,00	1.028.455,32	244.488,35	0,00	1.147.831,00	1.028.455,32	
37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	1.136.444,35	987.240,86	1.045.080,52	911.930,36	91.363,83	75.310,50	1.045.080,52	912.110,36	
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	39.630.687,60	33.961.535,02	30.819.117,95	27.480.504,23	8.811.569,65	6.481.030,79	30.819.117,95	27.350.408,91	
47 - ORRIG. TRIBUT. E CONTRIB-OP. INTRA-ORÇAMENTARIAS	110.500,19	57.870,24	92.041,18	56.856,31	18.459,01	1.013,93	92.041,18	56.856,31	
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.314.508,10	7.033.650,84	219.977,05	6.199.354,07	1.094.531,05	833.296,77	219.977,05	61.799.354,07	
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	324.411,84	1.022.146,37	302.342,74	813.141,86	22.069,10	209.004,51	302.342,74	150.497,86	
DESPESAS DE CAPITAL									
4 – Investimentos									
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP. INT. ORC.	143.800,48	2.357.631,24	117.103,67	1.109.782,34	26.696,81	1.247.848,90	117.103,67	1.109.782,34	
52 - EQUIP. E MATERIAL. PERMANENTE - OP. INTRA-ORC.	2.300.602,14	3.267.523,34	441.392,06	793.673,86	1.859.210,08	2.473.849,48	441.392,06	793.673,86	
5 – Inversões Financeiras									
6 – Amortização da Dívida									

Fonte: Somatório das UGs

Considerações

Economias proporcionadas pela gestão da Superintendência: Durante todo o exercício de 2012, foram propostas e executadas diversas ações visando à utilização racional e econômica dos recursos, conforme já relatado na Introdução deste Relatório.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –

5.2. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

5.2.1 Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

O quadro abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de 2012, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2012, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação.

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados – UG 200360 (SR/DPF/SP)				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito (R\$)	Cancelamentos Acumulados (R\$)	Pagamentos Acumulados (R\$)	Saldo a Pagar em 31/12/2012 (R\$)
2011	130.095,32	-	-	130.095,32
2010	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados – UG 200360 (SR/DPF/SP)				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito (R\$)	Cancelamentos Acumulados (R\$)	Pagamentos Acumulados (R\$)	Saldo a Pagar em 31/12/2012 (R\$)
2011	11.134.327,84	(1.064.713,80)	6.548.890,73	3.520.723,31
2010	512.313,81	(368.302,65)	144.011,16	-
Restos a Pagar Processados - UG 200361 (SR/DPF/SP)				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito (R\$)	Cancelamentos Acumulados (R\$)	Pagamentos Acumulados (R\$)	Saldo a Pagar em 31/12/2012 (R\$)
2011	0,00	-	-	0,00
2010	9,360,00	-	9,360,00	-
Restos a Pagar não Processados – UG 200361 (SR/DPF/SP)				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito (R\$)	Cancelamentos Acumulados (R\$)	Pagamentos Acumulados (R\$)	Saldo a Pagar em 31/12/2012 (R\$)
2011	2.374.670,20	(12.465,28)	2.362.204,92	-
2010	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados – UG 200416 (DPF/CAS/SP)				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito (R\$)	Cancelamentos Acumulados (R\$)	Pagamentos Acumulados (R\$)	Saldo a Pagar em 31/12/2012 (R\$)
2011	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados – UG 200416 (DPF/CAS/SP)				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito (R\$)	Cancelamentos Acumulados (R\$)	Pagamentos Acumulados (R\$)	Saldo a Pagar em 31/12/2012 (R\$)
2011	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00

2010	-	-	-	-
Restos a Pagar Processados – UG 200362 e UG 200363(DPF/STS/SP)				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito (R\$)	Cancelamentos Acumulados (R\$)	Pagamentos Acumulados (R\$)	Saldo a Pagar em 31/12/2012 (R\$)
2011	-	-	-	-
2010	30.968,29	15.667,44	15.300,85	-
Restos a Pagar não Processados – UG 200362 e UG 200363(DPF/STS/SP)				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito (R\$)	Cancelamentos Acumulados (R\$)	Pagamentos Acumulados (R\$)	Saldo a Pagar em 31/12/2012 (R\$)
2011	346.457,52	116.284,13	230.173,39	-
2010	162.118,51	54.554,19	107.564,32	-

FONTE: SIAFI GERENCIAL 2012

5.2.2 Análise Crítica

A evolução da estratégia dos restos a pagar não processados seguiu no sentido de reduzir o montante acumulado. Após análise crítica, verificou-se que diversos créditos não seriam necessários à UJ, o que ensejou nos cancelamentos acumulados. Parte significativa dos valores inscritos trata-se de adesão à atas de registro de preços e aquisições de materiais permanentes cuja entrega não foi concluída durante o exercício de 2012.

Além disso, vale ressaltar que a inscrição de valores em restos a pagar também teve a finalidade de garantir saldo de empenho para faturas de serviços continuados prestados no âmbito da Superintendência de São Paulo, cujo pagamento não foi possível até 31/12/2012, em virtude das notas fiscais e faturas do mês de referência de dezembro serem encaminhadas em janeiro.

5.4 Suprimento de Fundos

Quadro A.5.8- Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral (R\$)
			Saque (R\$)	Fatura (R\$)	
200361	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SP	-	513.930,52	477.706,94	991.637,46
200363	DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTOS	-	23.790,00	9.655,41	33.445,41
200417	DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CAMPINAS	-	1.000,00	3.780,63	4.780,63
	Total utilizado pela UJ por tipo de SF	-	538.720,52	491.142,98	1.029.863,5

No exercício de 2012 não foram concedidos suprimentos de fundos por meio de Contas Tipo B

Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador					Valores em R\$ 1,00
Código da UG:	200361	Limite de Utilização da UG: R\$ 100.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor (R\$)		Total (R\$)
			Saque	Fatura	
EDVALDO PEREIRA	003579858-00	8.000,00		7.432,55	7.432,55
PEDRO EZEQUIEL DE CARVALHO NETO	053873698-42	8.000,00	770,00	6.456,25	7.226,25
ISIS PENA GARCIA	301513638-03	8.000,00	2.680,00	5.319,68	7.999,68
RONALDO DE MOURA RAMOS	104792728-40	8.000,00	230,00	7.280,60	7.510,60
PEDRO EZEQUIEL DE CARVALHO NETO	053873698-42	8.000,00	1.387,52	5.477,04	6.864,56
NIVAIL AMADEU BUZATTO	044993658-99	8.000,00	1.450,00	4.974,92	6.424,92
JOSE WILLIAMS MACHADO DE SOUZA	042300968-01	8.000,00	650,00	317,70	967,70
DANIEL FERREIRA DOMINGUES	130830888-41	8.000,00	510,00	4.519,63	5.029,63
CASSIO ASSANO DA SILVA	226624758-11	8.000,00	90,00	5.630,97	5.720,97
Total utilizado pela UG na Modalidade			7.767,52	47.409,34	55.176,86
Código da UG:	200361	Limite de Utilização da UG: R\$ 1.000.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor (R\$)		Total (R\$)
			Saque	Fatura	
RICARDO DE SOUSA FONSECA	030185796-23	16.000,00	90,00	9.793,40	9.883,40
GUSTAVO ANDRADE DE CARVALHO GOMES	183339138-14	16.000,00	14.225,00	1.775,00	16.000,00
JOSE RUBENS VALENTIM DE SOUZA	245310491-87	15.000,00		11.591,55	11.591,55
DANIEL PERNOMIAN	078600598-00	16.000,00		14.988,58	14.988,58
EDNEI MACHADO DA SILVA	859152031-91	16.000,00	4.390,00	11.491,65	15.881,65
LUIZ CARLOS PITAO	525628089-91	8.000,00	1.375,00	5.629,25	7.004,25
CELSO AILTON LIMA CAMPOS	400265316-15	16.000,00		15.991,73	15.991,73
FABRIZIO GALLI	268437538-09	12.000,00	3.000,00	2.084,00	5.084,00
JORGE DE ALCANTARA TAVARES	104749688-71	16.000,00	2.260,00	11.954,07	14.214,07
CELSO HENRIQUE ANACLETO	021914068-58	16.000,00	700,00	13.288,66	13.988,66
WYVERTGHON ROBERTO NAMI SCHORNOBAY	021181949-27	6.000,00		5.340,66	5.340,66
PAULO CESAR DA SILVA	025872508-70	8.000,00	6.391,00	1.609,00	8.000,00
JOAQUIM CRISTOVAM CONTRERA	796883818-53	8.000,00	870,00	6.262,68	7.132,68
MARCOS SOARES CUSTODIO	136324478-70	16.000,00		3.824,80	3.824,80
VANDERLEI FERREIRA MENDES	899364936-72	13.000,00		8.512,36	8.512,36
WAGNER PEREIRA DE MENDONCA	937994627-91	16.000,00	5.190,00	8.912,60	14.102,60
ANGELO DA ROCHA FERREIRA	029417587-39	8.000,00	4.235,00	2.353,00	6.588,00
DANIEL VILMOM VIZICATO	108927718-01	16.000,00		10.076,75	10.076,75
IVAN DE SOUZA RICARDO	096734278-36	16.000,00	2.000,00	8.662,55	10.662,55
GUSTAVO ANDRADE DE CARVALHO GOMES	183339138-14	8.000,00	5.230,00	2.770,00	8.000,00
JOSE ROBERIO BANDEIRA DE MELO AMORIM	184509918-46	5.000,00	1.080,00	3.920,00	5.000,00
CELSO AILTON LIMA CAMPOS	400265316-15	8.000,00	1.460,00	4.865,46	6.325,46

DANIEL PERNOMIAN	078600598-00	8.000,00	380,00	6.306,01	6.686,01
CELSO HENRIQUE ANACLETO	021914068-58	12.000,00	360,00	10.419,80	10.779,80
GIL VIEIRA DE AVILA RIBEIRO	018825199-57	8.000,00	1.277,00	4.919,66	6.196,66
JOSE RUBENS VALENTIM DE SOUZA	245310491-87	16.000,00	1.020,00	13.011,60	14.031,60
WAGNER PEREIRA DE MENDONCA	937994627-91	10.000,00	3.000,00	6.865,30	9.865,30
VANDERLEI FERREIRA MENDES	899364936-72	4.000,00		3.984,61	3.984,61
RONALDO DA CRUZ SILVA	135399748-06	8.000,00			-
FERNANDO AUGUSTO BATTAUS	157895098-86	3.000,00		2.450,00	2.450,00
GUSTAVO HENRIQUE ARAUJO FERREIRA	034708084-73	8.000,00	4.860,00	1.279,40	6.139,40
JOAQUIM CRISTOVAM CONTRERA	796883818-53	8.000,00	350,00	3.783,78	4.133,78
SANDRO LINDOLFO ZANOVELO FOGACA	271611798-58	16.000,00	1.350,00	14.570,00	15.920,00
PAULO RIZERIO LOPES DA SILVA	026931458-05	5.000,00		4.904,92	4.904,92
LUIZ CARLOS PITAO	525628089-91	10.000,00	1.010,00	6.330,80	7.340,80
WILLIAM MARCEL MURAD	273667118-02	16.000,00	3.060,00	12.364,95	15.424,95
DANIEL VILMOM VIZICATO	108927718-01	15.000,00	550,00	8.024,74	8.574,74
ALBERTO DADAMOS BARDDAL	766746149-04	8.000,00	3.300,00	4.700,00	8.000,00
JORGE OCTAVIO DE MELLO FERNANDES	085749297-78	8.000,00	730,00	5.331,48	6.061,48
WAGNER PEREIRA DE MENDONCA	937994627-91	8.000,00	2.400,00	5.387,65	7.787,65
DANIEL PERNOMIAN	078600598-00	16.000,00		5.525,85	5.525,85
JOSE EDILSON DE SOUZA FREITAS	049357968-04	3.000,00	210,00	750,00	960,00
CELSO AILTON LIMA CAMPOS	400265316-15	6.000,00	130,00	5.827,38	5.957,38
LEONARDO RAFAEL NUNES	057291128-90	8.000,00	1.740,00	6.250,42	7.990,42
ALBERTO DADAMOS BARDDAL	766746149-04	8.000,00	390,00	7.610,00	8.000,00
RODRIGO CARLOS DE CAMARGO	270072088-19	-			-
JOAQUIM CRISTOVAM CONTRERA	796883818-53	8.000,00	350,00	6.723,87	7.073,87
WAGNER PEREIRA DE MENDONCA	937994627-91	8.000,00	2.400,00	5.389,94	7.789,94
VANDERLEI FERREIRA MENDES	899364936-72	8.000,00	810,00	7.052,79	7.862,79
GUILHERME MARTINI DALPIAN	214688438-00	5.000,00	540,00	3.409,85	3.949,85
CELSO HENRIQUE ANACLETO	021914068-58	16.000,00	1.690,00	9.728,66	11.418,66
VINICIUS VILLELA LOUREIRO DA SILVA	070670257-37	15.000,00		14.978,80	14.978,80
JOSE ROBERIO BANDEIRA DE MELO AMORIM	184509918-46	8.000,00	4.000,00	4.000,00	8.000,00
LEO PEREIRA SHIMIZU	172413338-10	16.000,00	1.000,00	10.625,90	11.625,90
RODRIGO CARLOS DE CAMARGO	270072088-19	16.000,00			-
Total utilizado pela UG na Modalidade			89.403,00	368.205,91	457.608,91
Código da UG:	200361	Limite de Utilização da UG: : R\$ 1.500.000,00			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor (R\$)		Total (R\$)
			Saque	Fatura	
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	17.000,00	15.300,00	917,60	16.217,60
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	8.000,00	7.200,00		7.200,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	16.000,00	10.000,00	5.266,70	15.266,70
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	23.000,00	17.830,00	5.098,98	22.928,98
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	13.000,00	7.200,00	3.962,80	11.162,80

INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	16.000,00	16.000,00		16.000,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	10.000,00	10.000,00		10.000,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	6.000,00	5.400,00		5.400,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	31.000,00	27.800,00	3.000,00	30.800,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	15.450,00	6.840,00	5.195,00	12.035,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	11.000,00	9.540,00	975,00	10.515,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	32.000,00	9.800,00		9.800,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	14.000,00	10.180,00	989,60	11.169,60
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	7.000,00	7.000,00		7.000,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	15.100,00	150,00	8.444,40	8.594,40
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	16.000,00	16.000,00		16.000,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	15.000,00	15.000,00		15.000,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	27.000,00	15.800,00	8.244,29	24.044,29
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	15.000,00	15.000,00		15.000,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	32.000,00	20.400,00	1.710,17	22.110,17
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	15.000,00	7.000,00	3.826,21	10.826,21
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	13.000,00	11.500,00	1.460,00	12.960,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	8.000,00	8.000,00		8.000,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	13.000,00	11.490,00	1.500,00	12.990,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	32.000,00	2.000,00	4.233,74	6.233,74
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	31.000,00	21.480,00		21.480,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	14.000,00			-
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	14.000,00	7.600,00		7.600,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	20.000,00	16.000,00	4.000,00	20.000,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	14.000,00	8.000,00		8.000,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	16.000,00	8.350,00	1.519,20	9.869,20
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	15.000,00	11.800,00	1.598,80	13.398,80
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	15.000,00	14.700,00	149,20	14.849,20
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	28.000,00	25.200,00		25.200,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	24.000,00	21.200,00		21.200,00
Total utilizado pela UG na Modalidade			416.760,00	62.091,69	478.851,69
Total Geral utilizado pela UG			513.930,52	477.706,94	991.637,46
Código da UG DPF/STS/SP:	200363	Limite de Utilização da UG: : N/I			

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor (R\$)		Total (R\$)
			Saque	Fatura	
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	13.624,00	11.600,00	0,00	11.600,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	20.000,00	4.190,00	9.655,41	13.845,41
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	8.000,00	8.000,00	0,00	8.000,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Total utilizado pela UG			23.790,00	9.655,41	33.445,41
Código da UG DPF/CAS/SP:	200417	Limite de Utilização da UG: N/I			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor (R\$)		Total (R\$)
			Saque	Fatura	
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	8.000,00	1.000,00	70,00	1.070,00
INFORMAÇÃO SIGILOSA	-	8.000,00	0,00	3.710,63	3.710,63
Total Utilizado pela UG			1.000,00	3.780,63	4.780,63
Total Utilizado pela UJ			538.720,52	491.142,98	1.029.863,5

Quadro A.5.11 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)					Valores em R\$ 1,00
Código da UG 200361 (SR/DPF/SP)					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor (R\$)	Quantidade	(b) Valor (R\$)	(a+b)
2012	179	513.930,52	535	477.706,94	991.637,46
2011	583	537.592,51	140	312.776,79	850.369,30
2010	491	420.548,18	113	221.206,04	641.754,22
Código da UG 200362 (DPF/STS/SP)					
2012	30	23.790,00	8	9.179,20	32.969,20
2011	49	49.000,00	7	8.170,40	57.170,40
2010	54	50.060,00	6	11.380,03	61.440,03
Código da UG 200417 (DPF/CAS/SP)					
2012	2	1.000,00	2	3.780,63	4.780,63
2011	13	12.980,00	2	1.819,28	14.799,28
2010					
Totais Gerais da UJ					
2012	211	538.720,50	545	490.666,77	1.029.387,29
2011	645	599.572,50	149	322.766,47	922.338,98
2010	545	470.608,18	119	232.586,07	703.194,25

Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)												
Suprimento de Fundos												
Código da UG 200361 (SR/DPF/SP)												
Situação	CONTA TIPO "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	100	991.637,46	88	850.369,30	65	641.754,22
Código da UG 200362 (DPF/STS/SP)												
PC não apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	7	34.437,15	10	61.581,17	9	52.416,73
Código da UG 200417 (DPF/CAS/SP)												
PC não apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	2	4.780,63	1	14.799,28	-	-
Totais Gerais da UJ												
PC não apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	109	1.030.855,24	99	926.749,8	-	694.170,95

ANÁLISE CRÍTICA

A Superintendência de Polícia Federal em São Paulo e suas Unidades Gestoras não utilizam Contas Tipo B para concessão de Suprimentos de Fundo, pois considera-se que o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal promove maior controle sobre os gastos efetuados. O pagamento pelo cartão de crédito é estimulado e os saques somente são autorizados mediante a declaração da empresa prestadora do serviço, que apresentou o menor preço, de que não possui sistema de pagamento Visa. Tal situação acontece com maior frequência nas cidades do interior de São Paulo, pois algumas microempresas e pequenos prestadores de serviço não aceitam pagamento em cartão de crédito.

5.5 Renúncias Tributárias

Não aplicável.

5.6 Gestão de Precatórios

Não aplicável.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Composição do quadro de servidores ativos

<i>Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12</i>	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	10
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	02
1.2. Exercício de Função de Confiança	05
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	03
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	34
3.1. De ofício, no interesse da Administração	09
3.2. A pedido, a critério da Administração	22
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	02
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	06
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	02
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	04
5.5. Mandato classista	01
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	41

FONTE: SIAPE

Quadro A.6.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	04	04		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	04	04		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	75	75	06	06
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	75	75	06	06
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	79	79	06	06

Fonte: SIAPE

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				0,4 %	10,6 %	81,5 %	2,4 %	0,2 %	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						0,3%			
2.3. Funções gratificadas						4,6%			
3. Totais (1+2)				0,4 %	10,6 %	86,4 %	2,4 %	0,2 %	

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

FONTE: SIAPE

• As informações de quantidade de servidores por nível de escolaridade foram extraídas do sistema SIAPE. Entretanto, verifica-se que estas informações encontram-se desatualizadas, visto que, para constante atualização, é necessário que os servidores informem ao SRH/SR/DPF/SP quando das conclusões de cursos de especialização, ficando a critério do servidor o cadastramento das capacitações não obrigatórias realizadas.

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de recursos humanos no exercício em referência e nos dois anteriores.								Valores em R\$ 1,00
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2010	397.186.210,07	0,00	2.992.200,30	1.436.172,33	5.774.361,52	0,00	0,00	407.388.944,22
2011	444.848.555,28	0,00	3.351.264,34	1.608.513,01	6.467.284,90	0,00	0,00	456.275.617,53
2012	489.576.208,13	0,00	3.706.849,23	1.778.953,19	7.067.351,84	0,00	0,00	502.129.362,39
Servidores com Contratos Temporários								
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2010	829.388,84	0,00	33.740,00	7.653,80	23.090,34	0,00	0,00	893.872,98
2011	850.281,79	0,00	34.942,00	8.201,21	26.731,48	0,00	0,00	920.156,48
2012	878.819,27	0,00	35.146,00	8.659,74	29.972,33	0,00	0,00	952.597,34
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2010	1.072.370,04	0,00	87.272,66	0,00	13.951,96	0,00	0,00	1.173.594,66
2011	1.072.370,04	0,00	87.272,66	0,00	14.496,00	0,00	0,00	1.173.594,66
2012	1.072.370,04	0,00	87.272,66	0,00	14.942,31	0,00	0,00	1.174.584,01
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2010	8.246.980,04	0,00	270.744,11	9.201,00	269.952,00	0,00	0,00	8.793.877,15
2011	8.411.919,64	0,00	276.158,99	6.325,00	275.351,00	0,00	0,00	8.969.754,69
2012	8.657.649,42	0,00	283.191,54	7.905,00	279.981,75	0,00	0,00	9.228.727,71

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	488	
1.1 Voluntária		16
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		1
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	488	17

6.1.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Durante o exercício de 2012, não houve acumulação indevida de cargos na SR/DPF/SP e suas descentralizadas.

6.1.2 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

No transcorrer do exercício 2012, 501 (quinhentos e um) (aguardando informação do Antônio) servidores tiveram algum tipo de licença saúde (LTS); dentre estas podemos afirmar que as ausências ocorreram por motivos diversos: Tais como doença psicoemocional, estresse, doenças ocupacionais (LER), bem como outros afastamentos (Licença Maternidade, Licença para acompanhamento de tratamento de pessoa da família, Licenças Ortopédicas, etc.). Cabe ressaltar que visando a diminuir o numero de ausências a Administração tem implantado varias ações, tal como a nomeação da Equipe biopsicossocial desta SR/SP, grupo responsável pela gestão junto ao Órgão no tocante à prevenção de doenças, visando uma melhor atenção à saúde do servidor.

Foi determinada, ainda, a criação da Unidade de Atividade Física – UAFI, visando promover o acompanhamento das atividades realizadas pelos servidores, promovendo a saúde.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

No ano de 2012 não foi constatado a ocorrência de acidentes em serviço ou a ocorrência de doenças ocupacionais no âmbito desta Superintendência Regional.

Rotatividade (turnover)

O índice de rotatividade é baixo em relação ao total de servidores lotados na Unidade São Paulo, devido a falta de realização de novos concursos públicos para suprir a falta de efetivo, quer seja na Área fim (Polícia Judiciária) ou na Área Meio (Polícia Administrativa ou atividades de apoio administrativo).

Aposentadoria versus reposição do quadro

O número de servidores que estão aptos a se aposentar, já representa 30% do efetivo nos próximos 03 (três) anos e diante da falta de novos concursos para suprir tais aposentadorias, o quadro de lotação tende ao prejuízo funcional.

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não há ocorrência de terceirização de cargos e atividades do plano de cargos na SR/DPF/SP.

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não houve.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não houve. Os concursos públicos não são realizados pela SR/DPF/SP, mas pelas unidades centrais do Departamento de Polícia Federal.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO															
U/G/Gestão: 200360 e 200361															
CNPJ:00.394.494/0040-42															
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Fim	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim		F	M			S			
									C	P	C		P		C
2010	L	O	23/2010	55.905.350/0001-99	11/05/2011	11/05/2013	*	*							P
2010	L	O	24/2010	55.905.350/0001-99	11/05/2011	11/05/2013	*	*							P
2010	L	O	25/2010	55.905.350/0001-99	11/05/2011	11/05/2013	*	*							P
2010	L	O	26/2010	55.905.350/0001-99	11/05/2011	11/05/2013	*	*							P
2011	L	O	17/2011	55.905.350/0001-99	18/06/2011	17/07/2013	*	*							P
2012	V	O	17/2012	66.700.295/0001-17	16/09/2012	15/09/2013	23	23							A
2012	V	O	24/2012	66.700.295/0001-17	01/11/2012	01/11/2013	36	36							A
2012	V	O	25/2012	66.700.295/0001-17	01/11/2012	01/11/2013	23	23							A
2012	V	O	19/2012	12.058.738/0001-99	15/10/2012	14/10/2013	7	7							A
2012	V	O	20/2012	12.058.738/0001-99	15/10/2012	14/10/2013	10	10							A
2012	V	O	18/2012	05.014.372/0005-14	16/10/2012	15/10/2013	15	15							A

Observações: Para a contratação dos serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva o nível de escolaridade exigido é o fundamental completo. Os serviços de limpeza e higiene são mensurados pela produtividade, tendo por base o valor do m² da área a ser considerada para a prestação de serviços. Para os serviços de vigilância o P será igual a C, pois o n.º de contratações previstas no contrato coincide com o número dos efetivamente contratados.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SR/DPF/SP

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante

Nome: Delegacia de Polícia Federal em Santos/SP

U/G/Gestão: 200362 e 200363

CNPJ: 00.394.494/0078-15

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas				Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	P	C	F	M		S				
										P	C	P	C	P		C
2012	L	E	09/2012.	60.989.654/0001-11	23/08/2012	18/02/2013	6									A
2012	V	O	02/2008.	67552034/0001-60	01/01/2008	31/12/2012	*			*				*		E

Observações: Para a contratação dos serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva o nível de escolaridade exigido é o fundamental completo. Os serviços de limpeza e higiene são mensurados pela produtividade, tendo por base o valor do m² da área a ser considerada para a prestação de serviços. Para os serviços de vigilância o P será igual a C, pois o n° de contratações previstas no contrato coincide com o número dos efetivamente contratados.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

* Não informada

Fonte: SR/DPF/SP

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante

Nome: Delegacia de Polícia Federal em Campinas/SP

UG/Gestão: 200416 e 200417

CNPJ: 00.394.494/0147-81

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Informações sobre os Contratos				Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		F	M	S	P	C	C		
					Início	Fim								P
Contratos atendidos pela Superintendência Regional de São Paulo														

Observações: Para a contratação dos serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva o nível de escolaridade exigido é o fundamental completo. Os serviços de limpeza e higiene são mensurados pela produtividade, tendo por base o valor do m² da área a ser considerada para a prestação de serviços. Para os serviços de vigilância o P será igual a C, pois o n° de contratações previstas no contrato coincide com o número dos efetivamente contratados.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SR/DPF/SP

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO

UC/Gestão: 200360/00001

CNPJ: 00.394.494/0040-42

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	3	O	16/2010	03.133.738/0001-15	10/3/2010	9/3/2013								P
2010	3	O	19/2010	03.133.738/0001-15	1/4/2010	31/3/2013								P
2011	3	O	19/2011	03.133.738/0001-15	1/9/2011	31/8/2013								P
2010	4	O	28/2010	55.905.350/0001-99	11/5/2010	11/5/2013	10	10						P
2012	5	O	02/2012	35.738.863/0001-46	17/2/2012	16/2/2013			352	352	4	4		P
2010	5	O	29/2010	05.576.482/0001-46	1/6/2012	22/2/2013			416	416		1		P
2012	1	O	17/2012	66.700.295/0001-17	16/9/2012	15/9/2013	23	23						A
2012	1	O	24/2012	66.700.295/0001-17	1/11/2012	1/11/2013	36	36						A
2012	1	O	25/2012	66.700.295/0001-17	1/11/2012	1/11/2013	23	23						A
2012	1	O	19/2012	12.058.738/0001-99	15/10/2012	14/10/2013	7	7						A
2012	1	O	20/2012	12.058.738/0001-99	15/10/2012	14/10/2013	10	10						A
2012	1	O	18/2012	05.014.372/0005-14	16/10/2012	15/10/2013	15	15						A
2010	6	O	48/2010	46.266.771/0001-26	22/10/2010	22/10/2014								A
2012	7	O	16/2012	02.558.157/0001-62	3/9/2012	2/9/2015								A
2012	7	O	14/2012	33.530.486/0001-29	4/9/2012	3/9/2015								A
2012	7	O	13/2012	33.530.486/0001-29	4/9/2012	3/9/2015								A
2012	7	O	03/2012	40.432.544/0001-47	10/9/2012	9/9/2014								A
2012	7	O	10/2012	33.530.486/0001-29	20/9/2012	19/9/2014								A
2011	7	O	22/2011	00.604.122/0001-97	1/10/2011	30/9/2013								P

2012	7	O	42.194.191/0001-10	1/10/2012	30/6/2014				A
2012	7	O	07.638.445/0001-40	21/5/2012	21/5/2013				A
2012	7	O	52.138.757/0001-40	22/10/2012	21/10/2013				A
2010	7	O	52.138.757/0001-40	1/7/2010	1/7/2013				P
2009	11	O	61.600.839/0001-55	1/7/2010	1/7/2013		84	52	P
2011	2	O	06.064.175/0001-49	1/1/2011	31/12/2012				E

Observações: ÁREA 3 - CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS E NÃO POSTOS, EXIGÊNCIA DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO PARA OS CONTRATOS N°S 16 E 19/2010, E PARA O N° 29/2011 HÁ EXIGÊNCIA DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO; ÁREA 4 - CONTRATO 28/2010 - EXIGÊNCIA DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO; ÁREA 5 - CONTRATOS 2/2012 - E CONTRATO 29/2010 - POSTOS DE RECEPTIONISTA - EXIGÊNCIA DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO E NÍVEL SUPERIOR COMPLETO PARA O CARGO DE SUPERVISÃO; ÁREA 6 - CONTRATOS 17,18,19,20,24 E 25/2012 - EXIGÊNCIA NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO; ÁREA 6 - NÃO HÁ POSTOS CONTRATADOS; ÁREA 7 - NÃO HÁ CONTRATAÇÃO DE POSTOS E SIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, ESPECIFICADAMENTE PARA O CONTRATO N° 08/2012 HOUVE A EXIGÊNCIA DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO, E PARA OS CONTRATOS 23/2012 E 32/2010 EXIGÊNCIA DE PROFISSIONAL COM NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO; ÁREA 11 - CONTRATO N° 24/2009 - CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR INCOMPLETO; ÁREA 2 - CONTRATO 02/2011 - CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS E RODOVIÁRIAS.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SR/DPF/SP

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante

Nome: Delegacia de Polícia Federal em Santos/SP

UC/Gestão: 200362 e 200363

CNPJ: 00.394.494/0078-15

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados										
					Inicio	Fim	P	F			M						
								C	S	S	C	P	S				
2010	9	O	02/2010.	68.287.143/0001-60	31/03/2010	31/12/2013											
2010	5	O	07/2010.	03.623.340/0001-67	01/07/2012	31/12/2013											
2012	3	O	05/2012.	32.185.480/0001-07	06/02/2012	31/12/2013											

Observações: ÁREA 3 - CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS E NÃO POSTOS, EXIGÊNCIA DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO PARA OS CONTRATOS NºS 16 E 19/2010, E PARA O Nº 29/2011 HÁ EXIGÊNCIA DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO;ÁREA 4 - CONTRATO 28/2010 - EXIGÊNCIA DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO; ÁREA 5 - CONTRATOS 2/2012 - E CONTRATO 29/2010 - POSTOS DE RECEPCIONISTA - EXIGÊNCIA DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO E NÍVEL SUPERIOR COMPLETO PARA O CARGO DE SUPERVISÃO; ÁREA 1 - CONTRATOS 17,18,19,20,24 E 25/2012 - EXIGÊNCIA NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO; ÁREA 6 - NÃO HÁ POSTOS CONTRATADOS;ÁREA 7- NÃO HÁ CONTRATAÇÃO DE POSTOS E SIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, ESPECIFICADAMENTE PARA O CONTRATO Nº 08/2012 HOUVE A EXIGÊNCIA DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO, E PARA OS CONTRATOS 23/2012 E 32/2010 EXIGÊNCIA DE PROFISSIONAL COM NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO; ÁREA 11 -CONTRATO Nº 24/2009 - CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR INCOMPLETO; ÁREA 2 - CONTRATO 02/2011 - CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS E RODOVIARIAS.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas

11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes

12. Outras

Fonte: Setor de Administração da DPF/STS/SP

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante																	
Nome: Delegacia de Polícia Federal em Campinas/SP																	
UG/Gestão: 200416 e 200417																	
CNPJ: 00.394.494/0147-81																	
Informações sobre os Contratos																	
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados										
					Início	Fim	P	F	C	M	P	S	Sit.				
2010	5	O	04/2010-SR/DPF/SP	07.170.658/0001-90	11/10/2010	10/10/2013					40	36					P
2012	9	O	006/2012-DPF/CAS/SP	03.927.256/0001-37	11/04/2012	10/04/2013	2	2									A
2012	3	O	005/2012-DPF/CAS/SP	00.308.141/0001-76	13/04/2012	12/04/2013				3	3						A

Observações: ÁREA 3 - CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS E NÃO POSTOS, EXIGÊNCIA DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO PARA OS CONTRATOS N°S 16 E 19/2010, E PARA O N° 29/2011 HÁ EXIGÊNCIA DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO;ÁREA 4 - CONTRATO 28/2010 - EXIGÊNCIA DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO; ÁREA 5 - CONTRATOS 2/2012 - E CONTRATO 29/2010 - POSTOS DE RECEPCIONISTA - EXIGÊNCIA DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO E NÍVEL SUPERIOR COMPLETO PARA O CARGO DE SUPERVISÃO; ÁREA 1 - CONTRATOS 17,18,19,20,24 E 25/2012 - EXIGÊNCIA NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO; ÁREA 6 - NÃO HÁ POSTOS CONTRATADOS;ÁREA 7- NÃO HÁ CONTRATAÇÃO DE POSTOS E SIM DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, ESPECIFICADAMENTE PARA O CONTRATO N° 08/2012 HOUE A EXIGENCIA DE PROFISSIONAL DE NIVEL SUPERIOR COMPLETO, E PARA OS CONTRATOS 23/2012 E 32/2010 EXIGÊNCIA DE PROFISSIONAL COM NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO; ÁREA 11 -CONTRATO N° 24/2009 - CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR INCOMPLETO; ÁREA 2 - CONTRATO 02/2011 - CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS E RODOVIARIAS.

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: Setor de Administração da DPF/CAS/SP

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes												Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)		TOTAL
	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			Bolsa Estágio	Aux Transporte	
Nível superior	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Área Fim	0			0			0			0			0	0	0
Área Meio	61	54	52	45	51	52	51	55	54	50	53	52	226.938,12	77.884,00	305.572,12
Nível Médio															
Área Fim	0			0			0			0			0	0	0
Área Meio	0			0			0			0			0	0	0

Fonte: SIAPE

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

Lei 8.666/93, de 21 julho de 1993, Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Decreto nº. 6.403 de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa nº. 03/2009-DG/DPF, de 5 de março de 2009, do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, que disciplina a classificação, identificação, licenciamento, responsabilização e controle de uso dos veículos do DPF

Instrução de Serviço nº 003/2012-SR/DPF/SP, de 03 de abril de 2012, regulamenta o ingresso, o controle e o uso de veículos no âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de São Paulo.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

As atividades desenvolvidas pelo DPF, notadamente investigações, demandam constante uso de meios de transporte.

As viaturas ostensivas são utilizadas para transporte de presos e as descaracterizadas são importantes nas investigações e apoio logístico no desempenho das atribuições da Polícia Federal.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ: *informação sigilosa, conforme Termo de Classificação de Informação.*

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra: *informação sigilosa, conforme Termo de Classificação de Informação.*

e) Idade média da frota, por grupo de veículos: *informação sigilosa, conforme Termo de Classificação de Informação.*

f) Custos associados à manutenção da frota: *(ver Tabela 4);*

g) Plano de substituição da frota: definido por Brasília;

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação: definido por Brasília;

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Foram celebrados recentemente, contratos de prestação de serviços de gerenciamento de manutenção e abastecimento de combustíveis, com empresas especializadas, que disponibilizam meio eletrônico para controle e racionamento de gastos, bem como a otimização dos serviços de manutenção e economia de combustíveis.

Tabela 4: Composição do Quadro de Custos Associados à Manutenção da Frota da UJ

UGs	Custos associados à manutenção da frota			
	DPVAT	Combustível	Manutenção	Totais
SR/DPF/SP	87.230,00	1.375.516,75	1.309.900,73	2.772.647,48
DPF/STS/SP	4.369,24	122.809,58	106.877,97	234.056,79
DPF/CAS/SP	5.285,17	89.535,12	59.987,90	154.808,19
Total da UJ	96.884,41	1.587.861,45	1.476.766,60	3.161.512,46

7.2 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

O quadro a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da SR/DPF/SP no final dos exercícios 2011 e 2012.

Quadro A.7.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	<i>UF SP</i>		
	<i>Santos</i>	3	2
	<i>Bauru</i>	1	1
	<i>São José do Rio Preto</i>	2	2
	<i>São Paulo - Capital</i>	4	4
	<i>Presidente Prudente</i>	1	1
	<i>Marília</i>	0	2
	<i>Araraquara</i>	0	1
	<i>Ribeirão Preto</i>	1	1
	<i>Piracicaba</i>	1	1
	<i>Campinas</i>	1	0
Subtotal Brasil		14	15
EXTERIOR		-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		14	15

Fonte: GTED

O quadro a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela SR/DPF/SP no final dos exercícios de 2011 e 2012.

Quadro A.7.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF SP		
	Araçatuba	1	1
	Araraquara	1	1
	Campinas	1	1
	Cruzeiro	1	1
	Marília	1	1
	Sorocaba	1	1
	São Sebastião	1	1
	Ribeirão Preto	1	1
	São José dos Campos	1	1
	São Paulo - Capital	1	0
Subtotal Brasil		10	9
EXTERIOR		-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		10	9

Fonte: Relação de Aluguéis Pagos pelo NEOF e Administração de DPF/CAS/SP

O quadro a seguir, denominado Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da SR/DPF/SP, está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro estão relacionados todos os imóveis que, em 31/12/2012, estavam sob a responsabilidade da SR/DPF/SP, da DPF/STS/SP e da DPF/CAS/SP.

A maioria dos imóveis ocupados pelas delegacias da Polícia Federal em São Paulo é locada de terceiros.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com manutenção
200362	7071.00163.500-7	13	3	6.185.657,44	-	-	-	-
200362	7071.00160.500-0	13	3	935.570,24	-	-	-	-
200362	7071.00042.500-9	13	6	988.728,38	-	-	-	-
200360	6219.00276.500-0	13	5	282.822,40	-	-	-	-
200360	7097.00156.500-2	13	7	577.571,00	-	-	-	-
200360	Sem Cadastro	13	3	4.653.932,25	-	-	-	-
200360	7107.01060.500-4	13	4	8.480.100,00	-	-	-	2.215.573,70
200360	7107.00390.500-6	13	6	4.856.944,00	-	-	-	-
200360	7107.00492.500-0	13	2	2.757.839,54	-	-	1.363.400,70	-
200360	7107.00589.500-8	13	6	959.957,55	-	-	-	-
200360	Sem Cadastro	13	1	13.836.480,50	-	-	-	-
200360	Sem Cadastro	13	3	3.150.000,00	-	-	-	-
200360	Sem Cadastro	13	3	2.531.000,00	-	-	-	-
200360	6291.00044.500-1	23	4	1.209.189.116,04	-	-	-	-
Total:							1.363.400,70	2.215.573,70

Fonte: GTED/SR/DPPF/SP

Observação: a tabela segue respectivamente a ordem do quadro A.7.1.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
SIM	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	NÃO monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
SIM	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	SIM aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	SIM aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	NÃO aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	SIM aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	SIM aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	NÃO aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
SIM	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
SIM	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
SIM	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
SIM	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
SIM	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
SIM	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
SIM	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
NÃO	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
NÃO	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.

<i>SIM</i>	<i>Os indicadores e metas de TI são monitorados.</i>
<i>NÃO</i>	<i>Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.</i>
<i>prejudicado</i>	<i>Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.</i>
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<i>SIM</i>	<i>Auditoria de governança de TI.</i>
<i>NÃO</i>	<i>Auditoria de sistemas de informação.</i>
<i>NÃO</i>	<i>Auditoria de segurança da informação.</i>
<i>NÃO</i>	<i>Auditoria de contratos de TI.</i>
<i>NÃO</i>	<i>Auditoria de dados.</i>
<i>NÃO</i>	<i>Outra(s). Qual(is)? _____</i>
<i>prejudicado</i>	<i>Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.</i>
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<i>NÃO</i>	<i>A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.</i>
<i>SIM</i>	<i>A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.</i>
<i>SIM</i>	<i>A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.</i>
<i>NÃO</i>	<i>A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.</i>
<i>SIM</i>	<i>O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.</i>
<i>SIM</i>	<i>O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).</i>
<i>SIM</i>	<i>O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.</i>
<i>NÃO</i>	<i>O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.</i>
<i>NÃO</i>	<i>O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.</i>
<i>NÃO</i>	<i>O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.</i>
<i>NÃO</i>	<i>O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____</i>
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<i>SIM</i>	<i>Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.</i>
<i>SIM</i>	<i>Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.</i>
<i>SIM</i>	<i>Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de</i>

	informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
SIM	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
SIM	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
NÃO	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
SIM	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(PREJUDICADO) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(PREJUDICADO) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
A Gestão de TI no DPF, passível de fiscalização e que define a política de TI no órgão, é feita pela Coordenação-Geral de	

Tecnologia da Informação, de forma que as informações foram prestadas por essa Coordenação-Geral.

O Plano Estratégico da Polícia Federal não contempla indicadores e metas. Porém, está em execução o Projeto “Construção de Indicadores de Desempenho do Plano Estratégico da Polícia Federal (2010-2022)”, cujo objetivo é o desenvolvimento e a implantação de técnicas para monitoramento do alcance dos objetivos institucionais (CGTI).

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 9.1.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Resposta: Em linhas gerais tem sido aplicado o Guia de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União 					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Resposta: certificações são exigidas como condição de habilitação apenas quando determinado por lei, do contrário, constituiriam hipóteses injustificadas de restrição de competitividade. 		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Resposta: A Comissão de Licitações da SR/DPF/SP adota, para os itens que consomem energia, as recomendações do Guia Prático de Licitações Sustentáveis (2ª edição) preconizado pela Consultoria Jurídica da Advocacia Geral da União no Estado de São Paulo. No caso de disposições facultativas, estas são acatadas quando não restritivas da competitividade. 			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Resposta: Papel Reciclado. 					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 			X		
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Resposta: Na elaboração das especificações técnicas nos termos de referência. Exemplos concretos são as aquisições de resmas de papel reciclado, água em galões. 	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos. Resposta: Os editais para a aquisição de bens/produtos adquiridos pela UJ são formulados com obediência às normas técnicas vigentes no país bem como instruções normativas internas de padronização, como no caso de mobiliário. Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns, cujo condicionamento a detalhes como marca/fabricante pode caracterizar restrição da competitividade, a análise dos aspectos de durabilidade/qualidade dos bens fica condicionada pelo critério de julgamento da modalidade empregada para sua aquisição, no caso o Pregão. Nessa modalidade, o critério é o menor preço e a qualidade e durabilidade estão intimamente ligadas àquele fator.				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • <i>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</i>	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • <i>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Campanha de Conscientização de Lixo Reciclável; Campanha de Separação para Descarte de Pilhas e Bateria; Campanha Carbono Neutro.</i>				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) <i>Totalmente inválida:</i> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <i>Parcialmente inválida:</i> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <i>Neutra:</i> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <i>Parcialmente válida:</i> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <i>Totalmente válida:</i> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 9.2.1 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água						Valores em R\$ 1,00
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Código da UG 200361 (SR/DPF/SP)						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (Resmas)	11.456	10.050	9.997	68.736,00	61.098,00	59.882,03
Água (m³)	37.810	34.880	36.540	776.287,13	698.590,89	736.810,77
Energia Elétrica (KWh)	3.257.237	4.212.252	4.618.667	1.850.760,04	1.816.492,86	N/I
Total da UG			Total	2.697.795,17	2.578.192,75	N/I
Código da UG (DPF/STS/SP)						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (Resmas)	190	170	150	1.596,00	1.428,00	1.260,00
Água (m³)	1.187	2.142	1.086	29.792,09	28.019,13	14.654,40
Energia Elétrica (KWh)	338.484	301.446	309.450	215.973,33	201.102,43	169.581,37
Total da UG			Total	249.373,42	232.560,56	187.505,77
Código da UG (DPF/CAS/SP)						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (Resmas)	593	560	Não era UG	5.190,75	5.000,00	Não era UG
Água (m³)	1089	1418	Não era UG	25.957,75	27.858,49	Não era UG
Energia Elétrica (KWh)	12.948,22	12.811,57	Não era UG	55.271,35	50.712,93	Não era UG
Total da UG			Total	86.419,85	83.571,42	Não era UG
Totais Gerais da UJ						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (Resmas)	12.239,00	10.780,00	10.147,00	75.522,75	67.526,00	61.142,03
Água (m³)	40.086,00	38.440,00	37.626,00	832.036,97	754.468,51	751.465,17
Energia Elétrica (KWh)	3.608.669,22	4.526.509,57	4.928.117,00	2.122.004,72	2.068.308,22	N/I
Total Geral da UJ			Total	3.031.576,44	2.892.313,73	N/I

Fonte:SR/DPF/SP, DPF/STS/SP e DPF/CAS/SP

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas ou Pendentes no Exercício

Não havia ocorrências de deliberações do TCU para serem atendidas.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Não ocorreu no exercício.

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 10.1.4.1 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Denominação Completa</i>			<i>Código SIORG</i>
<i>Análise de Risco</i>			
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações Expedidas pelo OCI</i>			
<i>Ordem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
<i>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</i>			<i>Código SIORG</i>
<i>Descrição da Recomendação</i>			
<i>Providências Adotadas</i>			
<i>Setor Responsável pela Implementação</i>			<i>Código SIORG</i>
<i>Justificativa para o seu não Cumprimento</i>			
<i>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</i>			

10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Conforme já relatado, SR/DPF/SP não possuía Unidade de Auditoria Interna formalmente instituída. Porém está sendo providenciada sua criação, sob o nome de Unidade de Controle Interno – UCI, prevista para entrar em funcionamento em fevereiro de 2013.

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 10.3.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	04	04	00
	Entregaram a DBR	04	04	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	00	00	00
	Entregaram a DBR	00	00	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	75	75	00
	Entregaram a DBR	75	75	00
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00

Fonte:

10.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Quadro 10.4.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Carolima Possato Braga Barros, CPF nº086.139.057-14, (Chefe do Setor de Administração e Logística Policial), exercido na (Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo) declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de março de 2013.

(Carolima Possato Braga Barros)

(CPF 086.139.057-14)

(Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo)

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

- a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

Em relação a aplicação dos dispositivos contidos na NBC T 16.9, a UJ realiza a depreciação de bens móveis elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da ferramenta GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (e-LOG), pelo método linear. Quanto aos demais bens não previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e a amortização, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação. Não há bens sujeitos a exaustão.

A avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI está em processo de elaboração pela UJ, conforme normas da NBC T 16.10, macrofunção 02.03.30, em conformidade com as orientações da referida macrofunção e da MOC 11/2011 – DLOG/DPF. Quanto às demais contas patrimoniais não previstas no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação.

- b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

A avaliação dos bens elencados no Manual SIAFI está em processo de elaboração pela UJ, conforme normas da NBC T 16.10, macrofunção 02.03.30.

- c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo (bens móveis) foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30.

- d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

A metodologia definida no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, é a linear.

- e) As taxas utilizadas para os cálculos;

As taxas utilizadas para os cálculos foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30.

- f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

A metodologia adotada para avaliação é a prevista no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e na MOC 11/2011 – DLOG/DPF.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

NBC T 16.9. Sob o ponto de vista contábil, a depreciação gerou uma variação passiva não orçamentária na Demonstração das Variações Patrimoniais. Sob o ponto de vista gerencial, a depreciação evidencia a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, fornecendo uma base monetária mais confiável para efeito de tomada de decisões.

NBC T 16.10. Quanto à avaliação, sob o ponto de vista contábil, o registro da avaliação, considerando a mudança de critérios contábeis previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, foi realizado diretamente a conta Ajustes de Exercícios Anteriores do Patrimônio Líquido. Sob o ponto de vista gerencial, a avaliação busca garantir a confiabilidade da base monetária dos itens avaliados, a fim de espelhar o valor justo para a tomada de decisões.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro 11.2.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO		200360-200361	
<p><i>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</i></p> <p><i>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</i></p>			
Local	Brasília/DF	Data	08/03/2013
Contador Responsável	Gladston Guimarães Naves	CRC n.º	DF-12534/O-8

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ

Greve dos Policiais Federais: Conforme amplamente divulgado pela imprensa, no início do mês de agosto de 2012, Policiais Federais ocupantes dos cargos de Agente de Polícia Federal, Escrivão de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal entraram em greve após rejeição da proposta de reajuste apresentada pelo Governo Federal. Após 69 dias de paralisação, os Policiais Federais encerraram a greve e voltaram oficialmente às atividades.

Durante esse período, medidas necessárias, como o remanejamento do efetivo (que não aderiu à greve) para realização de controle migratório e atendimento ao público, foram imediatamente implementadas para evitar o caos e os riscos de danos aos cidadãos decorrentes de situações de urgência/emergência.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com base nos estudos e levantamentos realizados em 2011 e 2012, foi possível constatar que a Superintendência Regional em São Paulo tem a maior demanda nacional de trabalho e existe nítida necessidade de adequação da força de trabalho disponível ao volume de trabalho exigido.

Para consecução das atividades institucionais, a SR/DPF/SP é responsável pela gestão de toda a atividade de logística, além da gestão, execução e fiscalização de mais de 60 contratos, dos quais dependem todos os Setores e Delegacias da Superintendência, além das 17 Delegacias Descentralizadas das cidades do interior de São Paulo.

A estrutura administrativa atual não atende adequadamente às demandas nas áreas de polícia administrativa e judiciária. Durante os meses de agosto a outubro, ocorreu ainda greve de parte dos servidores policiais, acarretando em maiores pendências por falta de recursos humanos.

No que tange às atividades de Criminalística, há demanda muito superior à capacidade de atendimento do Setor.

Em relação à dotação orçamentária, os recursos para pagamento de serviços e materiais de consumo foi considerado suficiente para atendimento das demandas da Superintendência e suas descentralizadas. O mesmo se pode dizer dos recursos para diárias de servidores policiais. Ainda assim, foram implementadas estratégias para economia de recursos e avaliação da gestão dos chefes de unidades com o início do projeto centro de custos, conforme já relatado.

Entretanto, no que se relaciona com recursos para aquisição de materiais permanentes e de obras de engenharia, os recursos foram considerados insuficientes para atender às demandas da Polícia Federal no estado de São Paulo.

Com os recursos descentralizados, foi possível adquirir centrais telefônicas para todo o estado, demanda antiga e extremamente necessária, quando levada em consideração o estado precário de algumas centrais telefônicas de delegacias descentralizadas. Em virtude de constantes defeitos técnicos, por diversas vezes algumas delegacias ficaram temporariamente sem contato telefônico. Com a aquisição das centrais telefônicas, além de solucionar esses problemas, espera-se obter grande economia com os gastos de serviços de telefonia, como já relatado.

Foi possível adquirir, ainda equipamentos de tecnologia da informação como servidores e switch-cores. Entretanto, a área de TI ainda necessita de recursos para sua modernização e ampliação, visto que parte dos equipamentos encontra-se próximo à obsolescência e com capacidade inferior às necessidades da Superintendência de uma cidade do porte de São Paulo.

Em relação a recursos para obras e reformas, restam pendentes:

- a reforma do antigo prédio que abrigava a Delegacia de Polícia Federal em Santos para acomodação do núcleo técnico científico, núcleo de inteligência policial e comissões de vistoria, químicos, Sinarm, etc;
- liberação de recursos para a construção das novas sedes para as Delegacias Descentralizadas de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Campinas.

Diante do relatado, é possível concluir que a SR/DPF/SP atuou, no exercício de 2012, em consonância aos objetivos traçados, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, visando sempre oferecer melhorias nos serviços prestados à população, com economia de recursos públicos.